



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 127

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2020

ANO IX



### SUMÁRIO

<b>SUR. DE RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>Capa</b>
<b>TAQUIGRAFIA.....</b>	<b>1666</b>
<b>SUR. DE COMPRAS E LICITAÇÃO .....</b>	<b>1708</b>
<b>SEC. DE PLAN. E ORÇAMENTO .....</b>	<b>1709</b>

### SUP. DE RECURSOS HUMANOS

#### ATO Nº1709/2020-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

#### N O M E A R

**ANNA PAULA AMORIM DE CASTRO**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-26, no Gabinete da Presidência, a contar de 22 de julho de 2020.

Porto Velho, 22 de julho de 2020.

**ARILDO LOPES DA SILVA**  
Secretário Geral ALE/RO

#### ATO Nº1710/2020-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e,

nos termos do Art.28 do §4º da LC nº 1056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

#### A L T E R A R

A composição da Comissão de Fiscalização de Contrato de Aviação do Processo nº 0013546/2019-27, Instituída pelo ATO nº 1231/2020/SRH/SG/ALE, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 068 de 17 de abril de 2020, a contar de 22 de julho de 2020.

**Presidente:** ALEX TEIXEIRA ANDRADE

**Membros:** IRENE CARLOS FURTADO OLIVEIRA  
MARCOS ANTONIO DO NASCIMENTO GONZAGA

Porto Velho, 22 de julho de 2020.

**ARILDO LOPES DA SILVA**  
Secretário Geral ALE/RO

#### ATO Nº1711/2020-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

#### A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do Servidor **MOACIR DA SILVA MONTEIRO**, matrícula 200168231, Assistente Parlamentar, para o código ASP-26, do Gabinete da Deputada Rosângela Donadon, a contar de 1º de julho de 2020.

Porto Velho, 22 de julho de 2020.

**ARILDO LOPES DA SILVA**  
Secretário Geral ALE/RO

#### MESA DIRETORA

Presidente: LAERTE GOMES  
1º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON  
2º Vice-Presidente: CASSIA MULETA

1º Secretário: ISMAEL CRISPIN  
2º Secretário: DR. NEIDSON  
3º Secretário: GERALDO DA RONDÔNIA  
4º Secretário: EDSON MARTINS

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*  
Divisão de Publicações e Anais - *Eloy Santana Leôncio Almeida*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria  
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

**TAQUIGRAFIA****21ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 10ª LEGISLATURA**

EM: 14.07.2020  
INÍCIO: 15h18min

PRESIDENTE: SR. LAERTE GOMES

SECRETÁRIO: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 21ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo discussão, dou-a por aprovada e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido. Eu vou abrir aqui a inscrição para os nossos deputados, porque hoje, no horário regimental, às 16h30, nós vamos iniciar a Ordem do Dia. Os deputados que quiserem fazer as suas inscrições – os presenciais ou os que estão por videoconferência –, estão abertas as inscrições.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Procede à leitura do Expediente recebido.

**EXPEDIENTE RECEBIDO**

01 – Mensagem nº 153/2020 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 3.600.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.”

02 – Mensagem nº 154/2020 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 44.045.905,15, em favor da Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER”.

03 – Mensagem nº 155/2020 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o valor de R\$ 19.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.”

04 – Mensagem nº 156/2020 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Revoga a alínea “c” do inciso II do § 1º do artigo 18 da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996.”

05 – Mensagem nº 157/2020 – Poder Executivo, solicitando a retirada de tramitação da Mensagem nº 190 que “Autoriza o Poder Executivo a celebrar transação no âmbito das execuções fiscais, com controvérsia judicial, de fato ou de direito, sobre a existência, validade ou exigibilidade de créditos tributários ou não, obrigações acessórias, penalidades e os juros de mora.”

06 – Mensagem nº 158/2020 – Poder Executivo, solicitando a substituição do Projeto de Lei Complementar que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 524, de 28 de setembro de 2009.”

07 – Mensagem nº 159/2020 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Acresce código ao Quadro das Fontes/Destaques de Recursos disposto na Lei nº 4.535, de 17 de julho de 2019.”

08 – Ofícios nºs 3435, 3434, 3416, 3411, 3377, 3375, 3374, 3366, 3363, 3364, 3365, 3328, 3244, 3331/2020 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1051, 1048, 1044, 1047, 1014, 1045, 1053, 1057, 1056, 1050, 1043, 1054, 1034, 1030, 1031/2020 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira. (nesse ele pulou vários números de ofício e requerimento)

09 – Ofício nº 283/2020 – Prefeitura Municipal de Machadinho D’Oeste, encaminhando resposta ao Requerimento nº 914/2020 de autoria do Senhor Deputado Jair Montes.

10 – Ofícios nºs 3371, 3376, 3333/2020 – DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1061, 985, 1060/2020 de autoria do Senhor Deputado Jair Montes.

11 – Ofício nº 3329/2020 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 956/2020 de autoria do Senhor Deputado Luizinho Goebel.

12 – Ofício nº 3342/2020 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.063/2020 de autoria do Senhor Deputado Ismael Crispin.

13 – Ofício nº 3444/2020 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.074/2020 de autoria do Senhor Deputado CB Jhony Paixão.

14 – Ofício nº 3431/2020 – DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento nº 893/2020 de autoria do Senhor Deputado Chiquinho da Emater.

15 – Ofício nº 3439/2020 – DITELIR, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 724/2020 de autoria do Senhor Deputado Alex Silva.

16 – Ofício nº 3391/2020 – DITELIR, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 781/2020 de autoria do Senhor Deputado CB Jhony Paixão.

17 – Ofícios nºs 3381, 3430/2020 – DITELIR, encaminhando resposta às Indicações Parlamentares nºs 823, 735/2020 de autoria do Senhor Deputado Eyder Brasil.

18 – Ofício nº 2944/2020 – DITELIR, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 716/2020 de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

19 – Ofício nº 3343/2020 – DITELIR, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 815/2020 de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

20 - Ofícios nºs 3433, 3380, 3379, 3283/2020 – DITELIR, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 529, 793, 804, 722/2020 de autoria do Senhor Deputado Jair Montes.

21 – Ofício nº 10/2020 – IPERON, encaminhando a versão 3 do relatório de avaliação atuarial do Estado de Rondônia. Lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Lido o expediente, passemos às Breves Comunicações.

Com a palavra, por cinco minutos, Deputado Cirone Deiró. Se tiver algum deputado aqui presente que queira fazer a inscrição...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (*Por videoconferência*) – Presidente, por favor. Presidente, a minha presença, por favor. Deputado Chiquinho. A minha presença.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Registrar a presença do Deputado Chiquinho da Emater. Deputado Cirone, cinco minutos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Boa tarde, Presidente Laerte Gomes. Boa tarde, colegas deputados. Eu, antes de fazer a minha fala, não posso deixar aqui de desejar melhoras ao nosso colega de Parlamento, Deputado Jean Oliveira, que está internado, e ao povo rondoniense, que fora acometido por doença, pela Covid, desejar melhoras.

Presidente, eu venho nesta tarde – eu quero cumprimentar os nossos outros pares presentes na Sessão, os que estão participando remotamente – eu quero nesta tarde falar um pouquinho sobre a Macro 2. Estou sendo insistente nesse assunto, mas essa semana que passou eu fiz uma reunião juntamente com a Casa Civil, com alguns servidores da Sesau e com um grupo de médicos aqui de Cacoal. Fizeram um documento de 06 páginas e protocolaram aqui no nosso gabinete, em relação ao que está acontecendo com o atendimento no Hospital Regional, no Hospital Heuro, aqui na cidade de Cacoal. Entre as reivindicações, a falta de organização da Secretaria de Saúde e o planejamento para atendimento da Covid. Desmontaram vários setores, várias especialidades que atendiam várias patologias para atendimento da Covid.

No primeiro momento, o grupo de médicos entendeu que era necessário fazer esse enfrentamento, mas que o governo deveria ter o seu planejamento e ter contratado os profissionais para fazer o enfrentamento. Foram feitos vários seletivos e não foram apresentadas pessoas, médicos, com interesse. Primeiro, o governo demora em torno de 90 dias para pagar o primeiro salário. O salário não é atrativo para a pessoa colocar a sua vida em risco em relação à pandemia. E o terceiro ponto é a estrutura. Então, nós precisamos realmente que o governo reveja a situação na Macro 2. Ele montou mais 10 leitos aqui na cidade de Cacoal e esses leitos estão ociosos por falta de profissional. Nós precisamos ter uma política... Os médicos, aqui no documento, na reivindicação, eles não querem aumento de salário para eles. Eles querem que o governo valorize essas pessoas que vão ser chamadas nesse seletivo, porque essas pessoas estão diretamente enfrentando essa doença, correndo risco de vida. Nós estamos aqui, hoje, com alguns intensivistas trabalhando diuturnamente para atender

quem está internado aqui na UTI. E aí, quando ele sai desse plantão, coloca uma pessoa sem experiência, sem treinamento para cuidar desse mesmo paciente. Quando ele volta lá, todo aquele protocolo, aqueles procedimentos não estão sendo feitos corretamente devido à programação que era para esse pronto atendimento pela falta de experiência. Às vezes o cara tem oito, dez anos que trabalha como médico, mas ele é médico pediatra, ele não tem experiência de cuidar de um senhor de 80 anos numa UTI submetido a essa doença.

Então nós protocolamos esse documento, tem uma Indicação nossa aí junto ao governo para que o governo tome providências: contrate médicos, fisioterapeutas, enfermeiros e técnicos de enfermagem, e capacite eles para que eles possam trabalhar nessa Unidade de Terapia Intensiva. Se nós não tomarmos essas medidas, daqui uns dias, não só esses dez leitos que estão parados. Vão parar muitos mais leitos aqui por falta de RH, por falta de profissional.

Nós temos que valorizar, valorizar, neste momento de guerra, as pessoas que estão enfrentando o inimigo. Nós não estamos falando de aumento para quem está trabalhando concursado, não. Estamos falando para valorizar aquelas pessoas que estão frente a frente no enfrentamento à Covid. Então nós tivemos essa reunião. Foi uma reunião produtiva com a Casa Civil. A Casa Civil ficou de analisar essa situação desses médicos de enfrentamento, tanto aqui da Macro 2, quanto da capital, de Porto Velho, e por todo Estado de Rondônia.

Mas não é um benefício de R\$ 300 que vai chamar a atenção de um profissional de saúde para se inscrever no concurso ou num seletivo desses. A gente precisa ter um papel diferenciado. Está vindo dinheiro de todos os lados aí, Governo Federal, TJ, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Defensoria, para o enfrentamento da Covid. Mas se nós não valorizarmos aquela pessoa que vai enfrentar, o profissional - fisioterapeuta, enfermeiro, médicos -, nós não vamos ter profissionais para fazer esse enfrentamento.

Então, esta é a minha fala de hoje: pedir ao governo, realmente, uma atenção especial, um planejamento para que esses profissionais da Saúde do Estado de Rondônia. Obrigado, Presidente. Desejar uma ótima Sessão para todos nós.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone Deiró. Tempo regimental cumprido.

Com a palavra, Deputado Eyder Brasil, por cinco minutos.

O SR. EYDER BRASIL – Boa tarde, Senhor Presidente Deputado Laerte Gomes. Boa tarde aos nobres pares que acompanham a Sessão, tanto de forma remota como de forma presencial. Boa tarde a toda a imprensa que nos acompanha pelos nossos canais, pelos nossos meios de comunicação. Boa tarde a todo povo rondoniense, fiscalizador do nosso trabalho, fiscalizador das nossas ações.

Eu quero aqui falar a respeito da coletiva de imprensa ocorrida ontem lá no Palácio Rio Madeira, lá no edifício Pacaás, ontem pela manhã, onde a coletiva de imprensa tinha o intuito e a finalidade de informar nossa população rondoniense a respeito do decreto que havia sido assinado pelo nosso Governador Coronel Marcos Rocha, na última sexta-feira, dia 10 de julho. Então, já avisando ali o Chefe da Casa Civil

juntamente com o Secretário de Finanças, Luís Fernando. Também estava presente lá o técnico Sr. Roger, da Arom, o Chico Holanda, do Grupo Pensar Rondônia, Vanderlei Oriani, da Associação Comercial de Porto Velho, Deputado e vice-líder do governo Jair Montes, também estava presente lá, e toda a imprensa daqui da nossa capital e do nosso Estado de Rondônia. E aí eu parabeneizei a humildade e a serenidade do nosso Governador Coronel Marcos Rocha em rever o que havia sido feito, ora por solicitação do prefeito aqui desta capital, em retroceder as fases de muitos municípios aqui do nosso Estado. E, com isso, penalizando munícipes de mais de 20 municípios aqui do Estado de Rondônia, onde já estavam na Fase 3 e retornaram para a Fase 1.

O Governador Marcos Rocha, assessorado pelo seu Comitê, o Comitê de Crise. E aqui eu quero falar de todos os atores envolvidos nesse processo, nesse Comitê, que analisaram e trouxeram um fator a mais para essa análise desse sistema de distanciamento, que é a quantidade de casos ativos. Muito bem expliquei lá naquela coletiva de imprensa que lá no Município de Mirante da Serra, dos 57 casos que foram positivados durante toda essa pandemia, apenas 4 estão ativos. Assim como também do Município de Cacaúlândia, meu amigo Deputado Adelino Follador, onde estive lá fiscalizando a Emenda coletiva dos deputados aqui desta Casa, fiscalizando Emendas nossas lá para a Educação daquele município. Apenas um caso ativo lá em Cacaúlândia e está sendo muito bem acompanhado.

Então eu parabeneizei e parabeneizo sempre as ações do nosso governo, as ações de todo o governo, que não são tomadas apenas por uma pessoa, de forma unilateral. É assim que está sendo pautado o trabalho do Governo do Estado de Rondônia. Muitas mãos estão sendo dadas para combater essa pandemia e, graças a Deus, pela ação de toda a equipe do governo, pela ação desta Casa de Leis, pela ação dos órgãos de controle e pelas ações de muitos outros prefeitos aqui do nosso Estado de Rondônia, essa pandemia está sendo estabilizada.

Fico muito feliz por isso. Infelizmente a gente padece, aqui, na nossa capital pela quantidade de casos que ainda existem. Mas, aqui, Presidente Laerte Gomes, eu quero parabeneizar a Diretora da Unidade de Saúde da Família, lá do bairro Aponiã, onde eu estive visitando ontem, o nosso bairro, a nossa comunidade. Onde, por iniciativa da senhora Rafaela Castiel, neta da professora, da saudosa professora, Marise Castiel, que deixou um legado aqui na nossa capital. A Rafaela Castiel, por iniciativa própria, juntou sua equipe, Deputado Lebrão, juntou os agentes comunitários de saúde, os residentes da UNIR e estão indo de casa em casa, nas 46 ruas do bairro Aponiã, Deputado Jair Montes, visitando de casa em casa, fazendo a pré-triagem. E naqueles casos, naquelas residências onde têm pessoas com sintomas da Covid-19 estão sendo agendadas consultas. Ninguém vai lá e fica lá se contaminando, não. O paciente só vai quando tem consulta agendada para fazer o teste rápido.

E se constatado que aquela pessoa dá positivo para o coronavírus, ele já sai de lá com o medicamento. Eu quero aqui parabeneizar publicamente a ação da Diretora Rafaela Castiel, uma porto-velhense, uma pessoa que realmente está preocupada com a população lá do bairro, da sua competência da sua gerência, por ter tomado essa iniciativa. Ter feito contato

com a Secretaria Estadual de Saúde e ter conseguido alguns medicamentos que estão sendo administrados, estão sendo prescritos pela equipe médica da Unidade de Saúde da Família, lá no bairro Aponiã.

São essas as ações que o povo de Porto Velho gostaria que tivesse ocorrido desde o início, a mais de 100 dias atrás, e que, infelizmente, não houve.

Quero parabeneizar mais uma vez e, aqui eu não me canso de parabeneizar, Deputado Ismael Crispin, o nosso Governador Marcos Rocha, que executou mais um "Mapeia Rondônia", mais um *drive thru*, mais uma ação de testagem em massa lá no Distrito de Vista Alegre, no último sábado. É como eu falei, é como eu falo e vou voltar a falar, o Governo do Estado de Rondônia está tomando ações que é de cunho municipal, que é de cunho e de gestão do Município de Porto Velho.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado.

O SR. EYDER BRASIL – Obrigado, Presidente. Mas infelizmente, a gente não viu, não constatou nada disso. Quero, aqui, deixar os meus parabéns e deixar os meus sentimentos de melhoras à Primeira-Dama Luana Rocha, ao nosso Secretário de Saúde Fernando Máximo e que este volte novamente a comandar o combate e o enfrentamento a essa pandemia aqui no Estado de Rondônia. Que Deus abençoe Rondônia. Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Eyder Brasil.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem bem rapidamente, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Parabeneizar o Deputado Eyder Brasil. Eu sempre estou acompanhando, aqui, na Assembleia Legislativa, todos os pronunciamentos, juntamente, falando sobre a Covid-19, sobre o coronavírus. Lamentavelmente, nós já tivemos alguns deputados que contraíram esse vírus, inclusive, eu, que acabo de sair da minha quarentena.

Eu quero parabeneizar todos os prefeitos do Estado de Rondônia de maneira geral, o próprio Governador, o Secretário de Saúde, agora, se a população não fizer a parte dela, nós não vamos sair dessa pandemia, desse problema que nós temos hoje, e que é em nível mundial e não somente em nível de Brasil e do Estado de Rondônia.

É preciso que haja uma conscientização, Deputado Eyder, da população. Se a população não se conscientizar, não adianta fechar comércio, não adianta fazer essas restrições que estão sendo feitas se a população não se conscientizar. Nós temos que fazer a conscientização, porque esse vírus, para muitos, praticamente, é inofensivo, como foi para mim, como foi para o Deputado Laerte e outros, para você mesmo Deputado Eyder. Mas muitas pessoas, infelizmente, estão perdendo a vida e outros passando por dificuldades de saúde neste momento, inclusive, nosso querido Deputado Jean Oliveira, que a gente

estima que melhore o mais rápido possível, assim como também a Primeira-Dama.

Agora, a conscientização da população, neste momento, é importante. Eu acho que precisa de todos os deputados, hoje, fazer com que isso aconteça o mais rápido possível, senão nós não vamos sair tão cedo dessa pandemia. Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Lebrão. Com a palavra, o Deputado Adelino Follador.

Estender aqui os nossos votos de plena recuperação ao Deputado Jean Oliveira, que faz parte do Parlamento, desta Casa, colega nosso, deputado estadual, que está em São Paulo em estado estável. A gente espera que o mais rápido possível possa se restabelecer e voltar ao convívio, aqui, dos nossos deputados e também de Porto Velho, do povo de Rondônia. Também estender aqui a nossa vontade de rapidamente de melhoras à Primeira-Dama do Estado Luana Rocha, ao Secretário de Saúde Fernando Máximo e também a todos os rondonienses e brasileiros que, nesse momento, estão passando por esse vírus, que é o Covid. Alguns sentindo menos, outros sentindo mais e alguns em estado gravíssimo. Que Deus possa abençoar a todos e recuperar, trazê-los todos de volta o mais rápido possível ao convívio de todos.

Com a palavra, por cinco minutos, sem direito a aparte, Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores colegas aqui presentes, colegas também que estão, hoje, nos assistindo *on-line*; e, aqui no Plenário, para todos os colegas deputados presentes.

Para nós é um prazer, mais uma vez, estar aqui na Assembleia Legislativa. Nós tivemos uma discussão com o Secretário da Casa Civil que, felizmente, teve bom senso e liberou os municípios que estavam com restrições. Uma das restrições maiores era para abrir UTI. E nós fizemos, nesta tribuna, um discurso; nós cobramos que na hora de fechar (o comércio) não foi feito relatório nenhum, ninguém comunicou ao Ministério Público e simplesmente tomaram esta decisão. Quando é para abrir, a desculpa, Deputado Eyder Brasil, é o Ministério Público. Não! Não foi não! Basta dizer que, hoje, Porto Velho continua crescendo (em índice de contaminação) e foi para a fase 3, quando estava na fase 1. Então isso prova que não tinha critérios e foi um desrespeito com a população em fechar. Nós precisamos, sim, fiscalizar. Nós precisamos, sim, conscientizar as pessoas para que seja feito.

Eu não concordo quando alguém fala assim: “Ir para a farmácia não pega vírus. Ir para o supermercado não pega vírus; mas, aí, para ir trabalhar, pega vírus.”

Então, nós queremos parabenizar o Governo do Estado que, inclusive, foi trancada a pauta aqui desta Assembleia, para que o Estado revisse esse Decreto e, graças a Deus, hoje, está liberado. Esperamos que cada prefeito se organize junto com a sociedade, para poder administrar esse vírus que hoje tanto prejudica a comunidade, a sociedade. E nós sabemos que isso só vai ser eliminado com a vacina.

Senhor Presidente, também venho hoje parabenizar o Senador Marcos Rogério. Trouxe vários respiradores – inclusive para Ariquemes trouxe 6; trouxe para Ji-Paraná, trouxe para Jaru. E agora tem mais uma etapa que nós solicitamos, nós

entramos em contato com os prefeitos, nós entramos em contato com o Senador e ele viabilizou hoje, e está vindo: para Cacaulândia, 1 ventilador portátil, porque lá não tem equipe para montar esse respiradores maiores, mas este vai servir, vai salvar muitas vidas. Buritis também 3 – e já foram entregues 2 - também por interferência do Senador Marcos Rogério. Cacaulândia, também, 1 ventilador, dia 18/07 vai estar sendo entregue; Alto Paraíso: 1 ventilador dia 21/7; Campo Novo: 1 ventilador, dia 21/7; Monte Negro: 1 ventilador, também para 19/7; Machadinho: dia 21/7, também, 1 ventilador portátil para poder, em casos de emergência, poder salvar vidas; Rio Crespo, dia 19/07, mais 2 ventiladores; e para o Vale do Anari, também, 1 ventilador.

Foi uma solicitação nossa feita ao Senador, que interveio junto ao Ministério e trouxe. Então, nós queremos agradecer, parabenizar o Senador pela atitude, a preocupação com as vidas, buscando alternativas para ajudar. Então, nós queremos deixar aqui registrado que isto é muito importante nesse momento: dar atenção, fazer o que é possível e não fechar. Fechar não é solução. Nós hoje temos muitas pessoas que não têm alimentação em casa. Nós aqui nesta Casa, já aprovamos um projeto através das Seas, para ajudar as pessoas. Mas teria que ter feito um programa próprio. E aí foi depositado através do Bolsa-Família.

Muitas pessoas que tinham renda, que não estão no Bolsa-Família, estão reclamando porque não estão recebendo. A merenda escolar também foi através do Bolsa-Família e não é justo. Aí o Secretário prometeu que iria resolver isso. Todos os alunos recebem do Governo Federal, dinheiro para a merenda escolar. Por que é que não foi repassado para todos os alunos? Por que é que tem de passar só para alguns? Então eu quero deixar registrada a minha preocupação: que nós temos que ser mais justos e mais legais, porque ninguém pode passar o dinheiro da merenda de um aluno para outro, sem autorização dele. Então, porque isso foi feito, está vindo exclusivamente para cada aluno, conforme a matrícula de cada um.

Eu quero deixar essa preocupação e deixar aqui registrado que seja resolvido, o mais rápido possível. O Secretário já prometeu três vezes que iria resolver e não resolveu ainda. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino Follador.

Com a palavra, o Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, caros colegas. O que me traz aqui a esta fala, nesta tarde, é, primeiro, para parabenizar; e, segundo, para cobrar. Parabenizar o Governo do Maranhão, por incrível que pareça, um governo de esquerda, que não tem nenhuma identificação comigo, mas que tomou uma iniciativa que pode ajudar a salvar muitas vidas no país. Nós sabemos que hoje o Brasil tem aproximadamente 15 mil médicos formados no exterior que não estão podendo exercer a Medicina no Brasil, porque desde 2016 não há Revalida. O Revalida de 2017 não foi concluído até hoje. Então, por isso, acumulou esse tanto de médico sem poder trabalhar, somente podendo trabalhar no Programa Mais Médicos. E o Governo do Maranhão, por iniciativa própria, fez um Revalida pela UEMA,

a Universidade Estadual do Maranhão, e através desse edital, em que quatro mil, duzentos e poucos médicos se inscreveram, 1.800 inscrições foram homologadas, e nos próximos dias serão revalidados esses mais de 1.800 profissionais médicos para exercerem a Medicina.

A preocupação que eu falo é a de quando a gente vê o próprio Secretário de Saúde, que gravou dois vídeos, implorando para que médicos venham atender no Estado de Rondônia. Rondônia sempre foi - e eu acompanho isso de perto - o Estado brasileiro com o maior número de médicos, desempregados inclusive, no passado. Hoje sofre as consequências desta maldita pandemia. E esse problema não é só em Rondônia, é no Brasil inteiro a falta de médicos. Hoje tem leitos, mas não tem médicos. E, por incrível que pareça, os governos não têm agido com rigor na questão judicial, para conseguir a contratação desses médicos, que, por incrível que pareça, podem trabalhar no Programa Mais Médicos. Muitos deles já fizeram especialização em Medicina da Família, estão desempregados, querendo ajudar neste momento, e não conseguem por uma situação de o Conselho Federal de Medicina estar sempre brigando na Justiça por reserva de mercado, apenas pensando em dinheiro, para não deixar esses profissionais atuarem. E, graças a Deus, o Estado do Maranhão recebeu autorização da Justiça Federal, Ministério Público Federal, deu parecer favorável. A Justiça Federal autorizou esse Revalida simplificado da Universidade Estadual do Maranhão.

Portanto, eu parabeno o Governo do Maranhão pela iniciativa, e sei que, através dessa decisão judicial, outras universidades estaduais de outros Estados poderão fazer o seu Revalida, para que esses profissionais venham atender a população neste momento de necessidade, neste momento de desespero, neste momento de falta de profissionais da Saúde para atender a nossa população.

Nós temos que abrir mão, neste momento, dessa questão de reserva de mercado. Não tem como ficar brigando. O Brasil é um dos países onde as periferias, as regiões mais distantes têm menos médicos no mundo por mil habitantes. As regiões centrais têm muitos médicos, mas as regiões periféricas, o Nordeste, a região amazônica, têm muito poucos médicos para atender a população, e nós não podemos abrir mão desses 15 mil profissionais, que se sacrificaram para sair do País, pessoas de baixa renda, famílias que se sacrificaram para mandar seus filhos para estudar fora, na Argentina, no Paraguai, no Chile, na Bolívia, no Peru e toda essa região sul-americana, para fazer o tão sonhado curso de Medicina e que podem tranquilamente ajudar os brasileiros neste momento de pandemia.

Então, é esse o alerta que eu quero fazer para que o Governo do Estado possa acionar a Justiça, e os governos que têm as suas universidades estaduais vão fazer, com certeza.

É só isso o que eu queria dizer. Muito obrigado a todos. Uma boa-tarde.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Aécio da TV. E o Maranhão dá um belo exemplo que nós podemos seguir.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, só uma Questão de Ordem na fala do Deputado Aécio.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem rapidamente. Enquanto isso, o Deputado Jair Montes é o próximo orador.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Nós inclusive encaminhamos um Requerimento, através da bancada federal, pedindo apoio ao Deputado Lúcio Mosquini, que é o coordenador da bancada, nesse sentido, que Rondônia também tentou fazer, mas teve um impedimento - se eu não me engano - do TJ, não é, Dr. Neidson? Ou foi o Ministério Público? Acabou tendo esse impedimento legal, mas é justo. Nós temos vários rondonienses formados na Bolívia, no Paraguai, na Argentina, que não podem exercer a função, ficam impedidos por essa demora em sair o Revalida em nível nacional para que eles possam adquirir os diplomas e atuarem aqui no País.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jair Montes, por cinco minutos, sem direito a aparte.

O SR. JAIR MONTES - Senhor Presidente Laerte, senhoras e senhores Deputados, boa tarde a todos. Deputado Dr. Neidson, meu sócio de Guajará-Mirim, é um prazer tê-lo aqui conosco nesta Sessão presencial. Em nome do Deputado Cirone Deiró, eu quero aqui cumprimentar os deputados que estão *on-line* conosco.

Senhor Presidente, eu participei de um programa de rádio hoje – 93.3, Rádio Rondônia, em nível de Estado – e ali, Deputado Eyder, líder do governo nesta Casa, eu até me comovi com o relato do jornalista Léo Ladeia, do que ele fala. Eu quero até parabenizar o meu amigo e guru, Deputado Lebrão, que me falava há pouco tempo que enfrentou, contraiu o coronavírus e, graças a Deus, está curado, está aqui. O Deputado Lebrão, eu acho que é um dos deputados com maior idade, experiência de vida, aqui conosco é o Deputado Lebrão, na qual eu tenho como referência nesta Casa e, graças a Deus, ele está aqui e sabe que não é fácil. Tanto é que nós temos um amigo nosso, o mais jovem desta Casa, está internado, intubado, em São Paulo entre a vida e a morte - a realidade é essa - e pedir a Deus que seja vida. E ele me falava que o Vice-Governador, que é muito amigo, Deputado Lebrão, seu, nosso aqui, José Jodan, pelo Decreto já fala que ele não pode estar na sua atividade, ele tem que estar afastado mesmo e de repouso com a família por ser de risco. E tem uma esposa que já teve câncer e nós sabemos que essas pessoas têm a imunidade muito mais frágil que a nossa. Então, não é prudente que o Vice-Governador esteja rodando o Estado - por mais que precise - esteja rodando, levando depois risco para sua casa, para ele e para a sua família. E aí surgiram os comentários ontem de que o Governador Marcos Rocha está de quarentena e quem assumiu o Estado foi o Chefe da Casa Civil, o senhor Júnior Gonçalves. O que é uma mentira muito grande que tentam pregar todo momento e cria uma instabilidade para o Estado - e até com esta Casa, porque, em regra de Constituição Federal, se nós tivéssemos o Governador afastado e o Vice afastado, o nobre Deputado Laerte Gomes teria que assumir o governo pelo prazo de 14 ou 15 dias até o tempo que o Governador saísse da quarentena com a sua esposa. Mas, neste momento da pandemia, o Governador despacha de casa.

Se o Deputado Laerte também quisesse fazer a Sessão de casa, faria - como já fez outras -, porque hoje está tudo na forma tecnológica, como nós temos os deputados fazendo.

Então, no Governo do Estado de Rondônia quem dá as ordens, quem dá as cartas, se chama Governador Marcos Rocha, que fique bem claro isso. Que essas *fake news*, que essas pessoas que tentam pregar a instabilidade no Estado, que ela não possa prosperar.

Outro fato, Senhor Presidente, eu vou aqui - e o senhor sabe que eu sou uma pessoa que sou muito sincera quando eu falo. Claro que eu meço as palavras, mas também tem coisa que vai me indignando e eu não consigo ficar calado. Eu sei que às vezes é muito ruim para mim, Deputado Lebrão, porque, às vezes "Ah, você se expõe muito!", mas eu prefiro me expor por um amigo, por um colega, do que ficar calado. Eu não consigo engolir, porque eu já passei isso na vida, Deputado. Eu já passei isso de ser acusado injustamente, condenado sem ter condenação, processado sem ter processo e preso sem estar preso. E aí, eu me deparo um dia com uma nota da Folha de São Paulo, que alguém plantou - aquela nota não saiu do nada contra o nobre Deputado Jean Oliveira. Uma pessoa que está com a família toda em São Paulo, que está orando por ele, e nós estamos orando por ele e torcendo por ele. Aí vem um amaldiçoado da casa do capeta, uma nota de março de 2019, colocam como se fosse agora que o Deputado Estadual Jean Oliveira ficou numa fala de matar o Procurador do Estado. Gente, pelo amor de Deus, quem vai matar não vai ficar falando em áudio. E a gente conversa, muitas vezes conversa falando e fala: "Eu vou passar o trator, eu vou passar por cima" muitas vezes na brincadeira e acaba pegando essa coisa e levando para outro lado. Se fosse isso, ele já estaria preso há muito tempo. Aí a pessoa não respeita o estado da dor do deputado. Não respeita nem o estado que ele está passando. Não espera nem passar. E nem indiciado ainda foi. Ainda está em fase de investigação e eu tenho certeza que vai provar a sua inocência. Então, fica aqui a minha indignação, Deputado Follador. Eu não aguento isso, não. Eu não aguento. Eu brigo por qualquer deputado aqui, se for preciso. Eu boto a mão no fogo por qualquer deputado se assim for. Porque os Poderes se defendem. E nós não podemos nos defender? Por que não? Aqui não! Então, aqui fica o meu repúdio em favor do Deputado Jean Oliveira e que Deus abençoe para que ele possa sair logo dessa e vir aqui na tribuna e ele vai fazer o próprio discurso dele, está certo.

Senhor Presidente, eu estou na condição de vice-líder do governo há duas semanas. Estou muito feliz por isso. E eu já falei para os deputados que eu sou, em primeiro lugar, eu sou deputado. Eu estou aqui para contribuir com a Casa e com o Estado de Rondônia. Eu me coloco à disposição de vocês da maneira republicana que sempre foi tratado o Parlamento do Executivo.

Só para encerrar, Presidente, eu me coloco para aquilo que estiver travado, as Emendas parlamentares, contem comigo, porque é um direito nosso destinar aos municípios. Aquilo que estiver travado no governo, contem comigo. Eu quero ser uma bengala de vocês. Podem me usar como bengala, não tem problema nenhum, não tenho vaidade para isso não. E, para encerrar, Senhor Presidente, eu quero aqui dar a notícia do Governo que vem buscando a transparência. O governo vem

buscando a transparência e, acima de tudo, Presidente, além da transparência, adequar as questões. E o senhor fez o pedido, semana passada, que será atendido, sobre os jetons aqui do Estado.

Então, eu quero trazer em primeira mão para vocês: o Governo do Estado, através do Decreto nº 25.218, de 9 de julho de 2020, ele, Jari (Junta Administrativa de Recurso de Infração), que era formada por 07 membros e 04 suplentes, agora tem 05 membros e 02 suplentes. O valor que era R\$ 7.737,00 baixou para R\$ 2.084,00. Então abaixou muito, Presidente. O grupo especial de trabalho multidisciplinar, do DER, que foi feita uma sabatina nesta Casa, o valor que era pago R\$ 8.000,00, agora passará a R\$ 2.500,00. Eram 09 membros e agora são apenas 04 membros. Reduziu mais da metade. Esse é o Governo Marcos Rocha, do qual eu faço parte. E conto com o apoio de cada um de vocês. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Jair Montes. Com a palavra, Deputado Adailton Fúria, por cinco minutos.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, senhores deputados, quero aqui dar o boa-tarde a cada um de vocês que estão nos acompanhando neste momento. Senhor Presidente, eu estava ouvindo atentamente a fala do Deputado, meu amigo aqui de Cacoal, Deputado Cirone Deiró, com relação à denúncia feita por uma médica daqui da cidade de Cacoal, a mesma médica que há três meses veio na rede social, me esculhambou dizendo que eu estava errado, mas que hoje eu vejo que realmente eu estava certo.

Eu estive na unidade, no Hospital Regional de Cacoal, diante de uma denúncia voltada aos climatizadores. E na ocasião eu encontrei um profissional na ala Covid - e naquele momento nós tínhamos somente dois pacientes internados ali naquele hospital -, quando o médico me relatou que a preocupação dele com os pacientes, que antes eram atendidos na parte ambulatorial do hospital, e que ali o Estado havia pegado os profissionais especialistas e colocado para atender a ala Covid. E eu fiz uma manifestação, Senhor Presidente, que nós conhecemos como é o Estado. Nós sabemos - e eu sabia naquele momento - que aqueles profissionais de Saúde estavam sendo induzidos pelo Estado a desativarem, por uma decisão do Estado, a parte ambulatorial do hospital, deixando ali de atender os seus pacientes, para atender a Covid. E a gente sabia - e eu sabia, porque eu conheço muito bem o Estado - que era um fechamento que não tinha volta. A volta só seria posterior à pandemia. E agora os médicos fizeram essa denúncia com relação à questão do retorno deles às atividades, em meio a uma crise de saúde, em meio à pandemia.

Naquele momento, senhores deputados, nós tínhamos vários profissionais de Saúde que hoje estão contratados pelo HCR de Ji-Paraná, pela prefeitura de Jarú, pela prefeitura de Ariquemes, pela prefeitura de Vilhena, que paga bem melhor do que o Estado, que paga bem a esses profissionais, que dá todo suporte a esses profissionais. E o Estado, posterior a isso, senhores deputados, veio com a segunda enganação. O Estado fez o quê: desabilitou a UTI pediátrica do Hospital Regional com a desculpa que aquela desabilitação era um pedido dos próprios médicos do Hospital Regional. E aí, nesse sentido,

conversando depois, que eu fui atrás do primeiro momento quando eu tive a notícia, liguei para os médicos do hospital, falei com a direção do hospital, falei com o Governador, juntamente com o Deputado Cirone Deiró aqui no aeroporto – e ele é conhecedor dessa demanda – e os senhores deputados que participaram de uma reunião pelo aplicativo do Governador, com o Governador, sabem a minha colocação com relação a isso, a minha indignação, que eu falei durante uma hora e meia sobre a questão do Hospital Regional de Cacoal para o Governador. Então ele é ciente e sabe muito bem do que está acontecendo em Cacoal.

Acontece o seguinte, nós estamos no meio da caminhada. O Estado não quer contratar ninguém. A verdade é essa. O Estado não tem interesse de contratar e gastar com profissionais de saúde. Porque se tornou mais econômico para o Estado simplesmente pegar o povo, que antes estava lá no Oswaldo Cruz, que estava aqui na porta do Hospital Regional, e deixar perambulando pela cidade mendigando saúde. A verdade é essa. O Estado não vai querer retornar esses profissionais para o ambulatório, porque o Estado sabe que é mais um gasto que o Estado tem. Por isso que lá atrás foi feito o chamamento de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem aprovados no último concurso, e do dia para a noite simplesmente revogaram. Sabe por que revogaram? Porque eles sabiam que agora eles teriam que manter esses profissionais durante toda a vida na rede de Saúde do nosso Estado.

Então os senhores, senhores deputados, nós temos que ser muito verdadeiros e parar com demagogia. A verdade é essa. O Estado não tem interesse em contratar profissionais da Saúde, porque se tivesse interesse, fazia ali um chamamento desses profissionais e pagaria bem, porque o Estado tem condições financeiras para isso. Recebeu muito dinheiro. O que é para o Estado contratar cem médicos pagando R\$ 50 mil de salário por mês, ou R\$ 30 mil de salário por mês a um profissional desses? O que o Estado quer? O Estado quer pagar somente hora extra, quer pagar somente as gratificações dos profissionais que já existem, sobrecarregando a questão dos nossos profissionais de Saúde. O profissional de Saúde já está carregando um fardo de cinquenta quilos nas costas, e o Estado quer fazer o quê? Quer escravizar esse profissional colocando mais cinquenta quilos nas costas dele para carregar.

Essa história de que não tem médico no Estado de Rondônia, isso é falácia, isso é conversa. Paga bem para ver se não aparece profissional de saúde para trabalhar. Apareceu em Vilhena! Apareceu no HCR de Ji-Paraná, apareceu no Hospital de Jaru, apareceu em Ariquemes. Por quê? Porque estão pagando estão pagando bem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – O Estado precisa rever toda essa situação.

O SR. JAIR MONTES – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Nós precisamos com urgência, e eu deixei isso bem claro para o Governador, colocar os leitos junto de UTI pediátrico no hospital Heuro para

funcionar, porque nós temos todas as equipes montadas e que hoje essa equipe está trabalhando aonde? No Covid. Está trabalhando na ala do Covid.

Então, nós precisamos ter uma atenção diferenciada. Nós temos aí, como eu falei, o paciente, aquelas filas no Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Fúria, para concluir.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Pessoal indo buscar saúde no Oswaldo Cruz, no Hospital Regional... Continua esse paciente perambulando pelo Estado. Então, fica aqui, Senhor Presidente, a minha indignação com relação a tudo isso.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Nós precisamos ser mais unidos. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Fúria. Com a palavra por cinco minutos Deputado Marcelo Cruz, sem direito a aparte.

Temos ainda inscritos o Deputado Alex, Deputado Lazineiro e Deputado Laerte. Para nós cumprirmos o tempo regimental, a Questão de Ordem eu vou dar só na Ordem do Dia.

O SR. MARCELO CRUZ – Senhor Presidente Laerte Gomes, nobres colegas, eu quero desejar uma boa-tarde, meus cumprimentos a todos.

Primeiramente, quero usar a minha fala aqui para parabenizar o Pastor Joel Holder, Presidente da Igreja Assembleia de Deus, Presidente. Ontem foi dado o início à Rádio FM, Rádio Boas Novas. A Rádio Boas Novas era AM 660 e ela completou 25 anos, e saiu da AM para a FM.

Então, eu quero parabenizar o Pastor Joel pela administração que tem todos esses anos e a Rádio Boas Novas é um marco para muitas pessoas. Assim como eu que escutei muitos anos a Rádio Boas Novas, desde a minha infância, eu sei o quanto ela é importante para Porto Velho e região, e agora, o mundo, porque ela é também transmitida via internet.

Mas, Presidente, a minha vinda aqui é para falar sobre o homem do campo, falar através da Emater, tem muitos deputados aqui que conhecem o Deputado Chiquinho, o Deputado Lebrão, e conhecem muito o homem do campo, conhecem muito a agricultura familiar. E eu venho falar aqui para gente valorizar um pouco mais a agricultura familiar e as comunidades agrícolas.

Preparei um discurso, aqui, eu vou ler. Eu quero falar para todos da importância de fomentar a agricultura familiar, sobre a importância que nossos produtores sejam incentivados, apoiados e assistidos pelo poder público, em especial, nesse momento de pandemia.

Eu venho andando no Estado, Presidente, e a gente vê que o homem do campo, agora, que ele realmente precisa do apoio do Governo do Estado. Eu tenho visto bastantes comunidades, visto de perto a produção de boa farinha, de

leite, de muita riqueza que o nosso Estado tem. Porém, o que a gente acompanha, além da riqueza, a gente vê o abandono. A gente vê pontes caindo, vê estradas de péssima qualidade, onde a gente não consegue escoar a produção.

E a gente precisa se dedicar, especialmente, olhar com olhar especial, Deputado Adelino, a capital Porto Velho que a gente sabe que, em extensão, é muito grande, tem muita terra aqui na nossa cidade. E a gente sabe das dificuldades que têm, tanto a Emater, como o próprio DER que vêm ajudando o desenvolvimento para escoar a produção.

Eu venho andando em Porto Velho, eu venho andando no Estado. Eu estive aqui, na C-01, mais ou menos uns 60, 70 quilômetros rumo ao Baixo Madeira, e o que me foi falado, mostrado naquele lugar, foi que os produtores, aquelas pessoas que têm pequenos lotes e chácaras, eles têm o aproveitamento da agricultura familiar e não conseguem escoar a sua produção. Eu fiquei muito triste quando um produtor mostrou um vídeo para mim como ele tem que escoar a produção dele. Ele tem que pegar de um lado do rio Madeira, que é o médio Madeira, o outro lado é aonde vai para o Cujubim Pequeno. Ele mostrou um vídeo em que ele teve que jogar a sua banana no rio, jogar, enterrar porque estava apodrecida porque não conseguiu escoar a sua produção.

A gente sabe que temos um solo fértil, água em abundância, um céu maravilhoso, a gente sabe disso. O poder público não enxerga essas comunidades, essas famílias que realmente precisam. E eu estou andando no Estado e a gente vê o incentivo que a Emater dá para esses produtores.

Eu queria pedir para o Luciano, o Presidente da Emater, que tenha um olhar especial para Porto Velho, a gente aproveita esse tanto de terra que tem, trazer essa experiência do interior, dessa organização. Para você ter uma ideia, a gente só tem 10 técnicos para dar manutenção para esse tamanho que é Porto Velho. E eu quero pedir para o Governador Marcos Rocha que olhe com carinho para essas pessoas.

A gente sabe que aqui no Estado de Rondônia, a gente não tem indústria de extração de petróleo, não tem indústria de automóveis, não tem indústria de eletrodomésticos, não tem indústria de calçados. As indústrias que a gente tem são pequenas. Quando você vai para São Paulo, a gente vê grandes indústrias onde emprega muita gente. Mas aqui, no Estado de Rondônia, sabe fazer mesmo de bom é fabricar comida.

Mas para que nós possamos fabricar ainda mais, a gente precisa incentivar o homem do campo. E nessas minhas andanças, eu estou vendo que o Estado realmente precisa olhar com mais carinho para as nossas estradas. Quero parabenizar aqui o Elias, que ele está andando. Até que enfim, Deputado Ezequiel, a gente tem um Diretor do DER que está andando o Estado para ver *in loco* as dificuldades. Não só por foto e vídeo. Então, eu quero parabenizar também, toda equipe também, aqui de Porto Velho, que está dando manutenção excelente aqui na região de Porto Velho.

Quero deixar aqui esse meu pedido para a Emater e ao Governo do Estado de Rondônia, que possa contratar ainda mais técnicos.

Presidente, eu não poderia deixar aqui de falar também, o seguinte: eu não sei se a gente vai votar um projeto que no ano passado a gente fez apenas uma votação. A gente sabe que este momento de pandemia, Deputado Ezequiel, a gente

está em crise, a gente está com dificuldade e eu sei que tem alguns investimentos... **(toque da sirene interrompe a fala)**. Mais um pouquinho, Senhor Presidente, que eu quase não uso a tribuna. Eu quero pedir mais 15 minutinhos.

A gente sabe, Deputado Jair Montes, a dificuldade que a gente está com essa pandemia. A gente sabe que falta recurso. Tem lugares que têm recursos, tem outros lugares que não têm, mas eu quero pedir para o líder do governo, que é o Deputado Eyder Brasil, que se o Projeto, por acaso, vier para votação, que é a sua segunda votação, que é o empréstimo de \$ 32 milhões (dólares), que dá mais de R\$ 100 milhões, que Vossa Excelência possa pedir a retirada desse projeto porque é inadmissível, num momento como este, a gente votar um projeto desta magnitude. Gente, o que nós precisamos fazer é investimentos no homem do campo. Se for para fazer empréstimo, que nós façamos empréstimos para o DER para comprar maquinário, Deputado Ezequiel Neiva. Não a gente ter de fazer um empréstimo de R\$ 32 milhões para comprar um sistema. É isso que nós precisamos. E nós precisamos ter responsabilidade. Não que não venhamos a votar; que a gente não vá aprovar. Mas, Presidente, consciência. O senhor é um homem muito sábio. O senhor é um homem que realmente quer o desenvolvimento do Estado de Rondônia. E eu lhe peço que esse projeto não seja sabotado porque é uma vergonha a gente endividar o Estado com \$ 32 milhões (dólares). Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Marcelo. Com a palavra, por cinco minutos, o Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, nobres companheiros, primeiramente quero iniciar aqui meu discurso com um agradecimento. Quero agradecer aqui a todos os parlamentares pelas palavras de carinho, de conforto, a toda população. Recebi centenas de mensagens pelo falecimento de meu irmão, nesse sábado. Estamos ainda sofrendo muito. Nós sabemos que ele descansou, mas a saudade da presença física é muito difícil. Mas venho aqui, de coração, agradecer a todos vocês. Meu muito obrigado.

E eu venho também, aqui, novamente, falar, reiterar as palavras aí do Deputado Aécio da TV, do Deputado Anderson, já ouvi discursos do Deputado Cirone, sobre a questão dos médicos formados no Exterior. Eu penso que esse é o momento de dar oportunidade a esses trabalhadores, de exercerem a sua profissão. Eu tive uma videoconferência com o Governador Marcos Rocha e toquei nesse assunto, falei da importância e ele fez o compromisso de já despachar com o Procurador Geral, Dr. Juraci, para entrar, via judicial, para que os médicos pudessem trabalhar. Então, eu penso que essa união dos deputados, vamos novamente cobrar do Governador.

O Maranhão foi um exemplo para todo o País, onde revalidou vários médicos que já estão exercendo sua função. Nós sabemos que esses médicos realmente passaram por um estudo criterioso. Muitas pessoas sem conhecimento criticam os médicos formados no exterior, mas, realmente há um estudo profundo, eles se dedicam muito. Eu conheço vários médicos que fizeram o "Revalida" quando tinha o "Revalida" que trabalham aqui em nosso Estado e são médicos de excelência.

Então, eu venho falar novamente da importância, meus amigos, desses médicos formados no exterior, terem a oportunidade de trabalhar. Eu sei que existe aí, entre aspas, um “complô” do próprio CRM, para que esses médicos não venham a trabalhar, devido à própria reserva de mercado, mas é importante que neste momento nós pensemos na população, que precisa de médicos.

Então, fica esse apelo aí, junto com os demais deputados, a grande maioria dos deputados que já fez esse pedido, já fez discurso. Então, é um pedido da própria Assembleia Legislativa ao governo, para poder regularizar a situação dos médicos formados no exterior, para que possam trabalhar em nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Obrigado a todos os parlamentares.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado. Obrigado, Deputado Alex Redano. O próximo é o Deputado Lazinho da Fetagro, mas antes do Deputado Lazinho da Fetagro, eu gostaria de deixar aqui, Deputado Alex Redano, nós já tivemos a oportunidade de fazer isso com todos os parlamentares, em meu nome, em nome de todos os colegas deputados, deixar os sentimentos a você, a sua mãe, aos seus irmãos, a sua família, pela perda do seu irmão Amaro Redano, jovem ainda, vítima de câncer. Lutou até o final, mas Deus achou que era o momento de recolher. Então ficam aqui os nossos sentimentos a você que é um amigo nosso, um colega nosso, de todos os deputados aqui. Todos aqui sofreram junto com você esse tempo todo, esses últimos dois, três meses aí que você lutou junto com o seu irmão, com a fé que vocês têm. Mas Deus sabe de todas as coisas. Fica aqui o nosso sentimento, meu irmão. Que Deus abençoe e conforte o coração de todos vocês.

Deputado Lazinho, por cinco minutos.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) - Só tenho que agradecer, Senhor Presidente. Meu muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Alex, conte sempre conosco.

Deputado Lazinho, Vossa Excelência tem a palavra por cinco minutos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Obrigado, Presidente. Cumprimento todos os nobres deputados, nossas deputadas, cumprimento todos os companheiros que trabalham nesta Casa.

Quero, num primeiro momento, me solidarizar aqui com o nosso companheiro Deputado Alex. Desejar a ele que Deus possa abençoar o coração, e abençoar toda a sua família diante do ocorrido, com o passamento do irmão. Deus achou que era momento dele e, como você disse, Deputado Alex, ele descansou.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) - Obrigado, Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Pois não, Deputado.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) - Só agradecer. Meu muito obrigado. Obrigado pelas palavras, Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Obrigado, Deputado Alex.

Eu gostaria aqui de fazer uma ressalva com relação ao que está acontecendo no Estado de Rondônia, que é hoje um dos nove Estados do Brasil com crescimento do coronavírus. Aí, fazer uma comparação. Quando, nos últimos 15 dias, que baixou os municípios para a Fase 1 - inclusive Porto Velho, e mais 22 municípios, e Jaru -, eu pego aqui o exemplo de Jaru, que na época não tinha nem 600 casos ainda, hoje nós estamos chegando a 1.000 casos. Passamos de 900, estamos chegando a 1.000. E agora volta à Fase 3. Volta à Fase 3 o Estado praticamente, e Porto Velho. Ou seja, não dá para entender aquela atitude daquela época. Não dá para entender aquele Decreto. Ou seja, estão brincando com a cara do povo. Esse governo está brincando com a cara do povo de Rondônia quando trata de medidas sem planejamento e sem responsabilidade com o Estado de Rondônia. É inadmissível. Nós, nos últimos 15 dias, crescemos em torno de 900 casos/dia, e retornamos agora para a Fase 3. Então, nós erramos lá atrás.

Outra coisa é o governo brasileiro, que deveria ir lá para a Argentina para ver como é que faz o Presidente da Argentina e o que está fazendo o governo argentino com relação à Covid. Porque o nosso está uma vergonha.

Então, eu fico preocupado quando eu vejo uma matéria no “Estadão”, por exemplo, dizendo que Rondônia não tem mais material para fazer o exame PCR, ou seja, só faz teste rápido. Isso significa que, se nós não conseguirmos fazer a testagem na população, nós não vamos ter aumento ou vamos ter a realidade do que realmente está acontecendo com relação à doença. Tem alguma coisa neste País, neste Estado, que eu não estou entendendo.

De toda forma, eu quero pedir a Deus que possa restabelecer a saúde de todas as pessoas que se acometeram desse mal, inclusive a nossa Primeira-Dama, o Deputado Jean, que está internado, e todos os nossos municípios e moradores do nosso Estado, porque a situação é caótica, é crítica. E é irresponsável o tratamento que o governo dá ao Estado nesta pandemia, e só Deus sabe onde nós vamos chegar.

Mais ainda, Senhor Presidente, eu quero fazer uma reportagem aqui. Há 10 anos, quando eu ainda era Presidente da Fetagro, nós entramos, junto com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, na Justiça para requerer indenização às famílias que foram vítimas do massacre de Corumbiara. Naquela oportunidade, foram mais de 100 famílias que foram cadastradas por lesões corporais, lesões mentais, mortes, e, em julgamento de segunda instância alguns anos atrás, a segunda instância do Estado de Rondônia disse que o crime tinha prescrito. Nós ainda recorreremos à época, e está no Supremo Tribunal Federal. Mas agora sai uma decisão para as crianças que sofreram esse massacre naquela época, em 1995 - hoje são adultos. Mas as crianças daquela época já começam agora a receber a sua indenização. Ou seja, o Estado começa a reconhecer que matou gente, que matou pessoas, que assassinou crianças, que matou pais de famílias, e

infelizmente essa é uma reportagem, essa é uma história triste do Estado de Rondônia.

Fico feliz com essas crianças que começam a receber. Parece-me que são sete ou oito só, mas vão receber. E espero que o Supremo Tribunal julgue, porque crime militar não prescreve. A gente aguarda que isso seja resolvido o mais rápido possível, e que sejam indenizadas as famílias de todos, inclusive dos policiais que à época também sofreram.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Lazinho. Último inscrito, Deputado Laerte Gomes. Inscrições encerradas.

Eu primeiro gostaria – eu vou falar aqui da cadeira da Presidência, porque é um assunto um pouco da Casa, institucional, mas eu gostaria primeiro de fazer só dois comentários bem brevemente. Nós estamos muito preocupados com a questão da Macro 2, da Região de Ji-Paraná, de Cacoal, pelo números de leitos de UTI que nós temos no interior, inclusive estou até com um amigo do Ji-Paraná, empresário Alexandre Dartiballi, representando aqui a Acijip (Associação Comercial e Industrial de Ji-Paraná), onde Ji-Paraná corre o risco – a Macro 2 já está com mais de 90, se não estiver 90% está com algo em torno, perto – e pode voltar a fechar. Então nós temos, senhores deputados, 1 milhão, 1 milhão e pouco de habitantes no interior e temos nem 40 leitos de UTI. Quanto à capital, que abaixou bem, com 500 mil habitantes a região, mais de 130 leitos de UTI. Então, Deputado Dr. Neidson, a nossa orientação e a nossa solicitação ao Governo do Estado - inclusive o Secretário Adjunto de Saúde já foi entrado em contato, só estava esperando a Casa Civil decidir, mas não estava conseguindo falar com a Casa Civil – era reservar 10 leitos desses da capital, como nós já temos leitos aqui vagos, para a Macro 2, para atender especificamente a Macro 2. Com isso, nós vamos abaixar os índices da Macro 2, abaixar o percentual com mais leitos disponíveis e a gente pode deixar todo o comércio rondoniense funcionando e trabalhando. Então, essa preocupação já foi levada até o governo para ver a possibilidade que isso seja atendido.

Outra questão que eu quero falar antes de entrar no tema aqui da Casa é sobre a questão da Caerd. Eu até vi agora aqui, eu até presenciei aqui que me mandaram um *fake*, uma matéria – hoje está muito comum isso – “Projeto de Lei parado na Assembleia pode deixar Rondônia sem água. Mensagem 37 do governo se encontra na Assembleia desde o dia 09 de junho sem votação e a empresa pode deixar milhares de rondonienses sem água.” Está aqui. Esses *fakes* que colocam, que espalham em grupos. Eu queria dizer a quem fez isso que eu vou contar a história dessa matéria. Essa matéria foi solicitada pela Caerd no mês de março à Casa Civil. Essa matéria, onde elabora a questão orçamentária no Governo do Estado, está desde março. Chegou na Assembleia dia 19 de junho. Então, nós temos 24 dias que a matéria está na Assembleia Legislativa. Até a matéria ser lida e tramitada, essa matéria não tem 1 semana que está tramitando aqui na Casa. Ficou mais de 100 dias no governo e não está a nem uma semana tramitando na Casa e querem culpar o Presidente da Casa, que a matéria não foi votada, e culpar a Assembleia. Ora, se ficou 100 dias no governo é porque a matéria não é urgente. E aqui nós estamos dando a celeridade,

inclusive – vou falar para quem usa esse expediente de atacar as pessoas – essa matéria está na Ordem do Dia já desde cedo. Então, se essa for a política de pressionar para querer votar a matéria não é dessa forma que vai avançar uma relação institucional entre Legislativo e Executivo.

Dizer também – aí eu queria conversar diretamente agora, falar para o nosso Governador Marcos Rocha, que é o governador de todos nós, de todos os rondonienses – que: Governador, o Presidente da empresa Caerd, que está lá - que, logicamente, o senhor como Governador que nomeia o Presidente da Caerd -, o Presidente da Caerd pagou, no mês de maio, direitos trabalhistas que, inclusive, estão impedidos de serem pagos neste momento por uma decisão do Tribunal de Contas, em benefício próprio a ele e mais dois diretores. Pagou a outros muitos servidores, mas eu vou me especificar nos três – e eu gosto de falar nomes para não cometer injustiças. Ele, o Presidente da Caerd, pagou ao senhor Vagner Marcolino Zacarine, que é diretor – estava até aqui hoje à tarde atrás desse projeto, desesperado para poder votar, que disse que ia ficar sem água Rondônia. Mas quando ele recebeu de 13º salário, agora no mês de julho, férias vencidas, saldo de salário, um terço de férias indenização, férias não gozadas e um terço de férias não gozadas, quando ele recebeu R\$ 70 mil, ele não estava preocupado se o povo do Estado de Rondônia ia ficar sem água. Não estava preocupado de forma nenhuma. Foi para a conta dele.

O Presidente da Caerd, que é mais grave ainda, o senhor José Irineu Cardoso Ferreira, recebeu quase R\$ 70 mil: 13º salário, férias vencidas, saldo salário, um terço de férias indenizatórias, férias não gozadas e um terço de gratificação de férias não gozadas. Ele, pagando para ele mesmo. E o senhor Sergio Galvão da Silva, diretor, recebeu R\$ 80 mil, R\$ 80.639,76: 13º salário, férias vencidas, saldo salário, um terço de férias indenizatória, férias não gozadas e um terço de férias não gozadas.

Eu acredito que o Governador tendo ciência agora disso – até porque o Governador não tem esse controle dentro da Caerd, já que nomeou uma diretoria – deve tomar providências imediatamente. Até porque há uma Decisão Monocrática do Tribunal de Contas proibindo esses pagamentos em época de pandemia. Em época de pandemia, onde milhares de pessoas estão desempregadas, em que a Caerd tem feito aí – nós temos que reconhecer – um trabalho social, que não está cortando muitas das contas de energia atrasadas. Com dificuldade financeira, o Diretor Presidente da Caerd, o Diretor Administrativo e, provavelmente, deve ser o Diretor Financeiro, se apresentem, se apresentem, se apresentem recebendo benefícios que hoje estão, através do Tribunal de Contas, por decisão monocrática, impedidos de serem pagos: décimo terceiro, um terço de férias, enfim, o que eu já li. Então eu queria deixar aqui esse registro. Falar que a gente está fazendo, essa questão da Caerd, Deputado Jair Montes, Deputado Eyder Brasil - que hoje cobraram -, a matéria está pautada desde cedo. Agora espero que vocês, como líderes desse governo, com a mesma veemência que cobraram para pautar a matéria - que a culpa não estava aqui, foi lá que ficou por cem dias -, cobrem essa posição do Governo do Estado e da Caerd.

O SR. MARCELO CRUZ - Eu não sabia dos cem dias que estava parado lá.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Isso aqui é um crime. Isso aqui é um crime contra a administração dessa empresa e que há anos vem sendo sucateada e que está em estado já pré-falimentar. Então, deixar registrada essa questão aqui da Caerd, citando os nomes. E os documentos estão aqui. Se alguém se sentiu ofendido, os documentos estão aqui, para poder mostrar, para poder mostrar.

Eu gostaria agora de entrar num tema que diz respeito à Casa. Vou aqui falar com muita sobriedade, porque eu acho que na vida a gente precisa amadurecer. A vida pública é feita de amadurecimento e de postura. Eu tive duas informações que me deixaram um pouco preocupado. Preocupado por se tratar de relações entre Poderes. Eu participei de uma reunião recentemente com alguns Presidentes de Poderes e de órgãos, em que foi noticiado que a Casa Civil, através do Chefe da Casa Civil Júnior Gonçalves, relatou a um Presidente de órgão, de Poder, que a Assembleia Legislativa queria, estava trabalhando para diminuir o repasse dos Poderes, o repasse dos Poderes. E disse, e disse que eles, o governo não ia aceitar e ia vetar.

Então eu quero deixar bem claro aqui, diante da opinião pública - porque todos nós, quando falamos, nós somos pessoas públicas. E nós, a Assembleia não vai permitir que usem a Assembleia para criar cizânia e intriga entre Poderes, Deputado Lebrão. Nós não vamos permitir isso. Isso nunca foi ventilado aqui nesta Casa. Isso nunca foi falado nesta Casa. Não tem nenhum projeto que diz respeito a esse tema nesta Casa. Nenhum. Se estão querendo fazer média com algum Poder, que falem a verdade. Agora que não usem a Assembleia Legislativa, o Poder Legislativo para isso.

Outra questão que também partiu da Casa Civil - e eu tenho que colocar aqui, porque é tão grave, é o mais grave para mim ainda - foi a ligação do Chefe da Casa Civil para alguns deputados dizendo que se a Assembleia, através de alguns deputados, queria fazer o *impeachment* do Governador. Eu fiquei muito preocupado, Deputado Lebrão, porque isso é muito grave; ligar para um deputado e falar isso, é muito grave. Primeiro que não tem nem um pedido de *impeachment* do Governador Marcos Rocha aqui nesta Casa. Segundo que já teve pedido de *impeachment* do Governador Marcos Rocha aqui nesta Casa e todos os deputados – todos, sem exceção -, Deputado Marcelo Cruz, todos os deputados trabalharam rapidamente para corrigir os erros daquela denúncia e para arquivar o processo de *impeachment*. Até porque nós entendemos, e eu entendo assim. Eu já fui prefeito, hoje sou deputado, e muitos de vocês têm experiência na vida pública. O mandato é concedido por Deus, primeiramente, e depois pela população. O Marcos Rocha é o Governador de todos nós. A não ser, logicamente, que haja um ato muito grave – aí é outra história -, aí se discute isso, cada deputado vota de acordo com a sua consciência. Mas não há nenhuma intenção disso, não há nenhum processo dentro desta Casa tramitando na questão de qualquer tipo de ação contra o Governador. O que esta Casa tem demonstrado nesse um ano e meio em que eu estou à frente da presidência é ajudado o Estado às coisas acontecerem. Uns discordam, outros concordam, isso faz parte do parlamento. Até porque cada deputado aqui tem um mandato. Ele tem o livre arbítrio de votar como quer, de falar

como quer e de agir como ele pensa e acredita ser certo. Então essa é a postura da Assembleia Legislativa.

Estou aqui dizendo isso em relação à Casa Civil, porque, talvez, com mais maturidade e com mais respeito a este parlamento e diálogo, as coisas podem avançar e melhorar. E eu acredito muito nisso. Porque a ferramenta para se ter uma boa relação é o diálogo, é a verdade, é o caráter e a palavra. Quando não há isso, verdadeiramente, Deputado Lebrão, fica muito difícil de trabalhar; muito difícil. Esta Casa tem procurado agir e ser conduzida desta forma.

Então eu queria deixar dito isso. Estou falando aqui como Presidente da Casa, porque isso nos preocupa muito. Porque acaba gerando fofoca, acaba gerando intriga, acaba gerando desconfiança, e o Estado não precisa de nada disso. O Estado, num momento desses de pandemia; o Estado, num momento desses de dificuldade, ele precisa de homens equilibrados, responsáveis e que se conduzam pela verdade e pelo caráter. É isso o que todos nós queremos. É essa a postura e a posição deste parlamento. Quero colocar isso bem frisado aqui, sem nenhum tipo de mágoa, rancor, bem tranquilo, porque isso é o pensamento, tenho certeza, dos deputados que compõem esta Casa.

Falo isso, e queria solicitar aos colegas para entrarmos na Ordem do Dia, falo isso, porque é fato, é verdade, e aconteceu. Não sei se por má fé ou por preocupação e falta de experiência, mas isso não pode acontecer.

Espero que isso, verdadeiramente, não se repita mais. Nenhum dos dois temas. Quando tiver que discutir repasse, quando tiver que discutir dinheiro para os Poderes, vamos sentar à mesa e discutir todos juntos. E eu disse isso para o Governador, que me ligou, um mês atrás, Deputado Lebrão e Deputado Edson, ele fez essa pergunta para mim também, falei: "Governador, aqui não tem nenhum processo nesse sentido - e eu já falei lá atrás, há um ano e meio: o senhor é o Governador de todos nós rondonienses. O que nós mais torcemos e queremos é que o seu governo se acerte, se encaixe e as coisas aconteçam no Estado de Rondônia. Essa é a vontade de todos os parlamentares aqui e, principalmente, da sociedade rondoniense que muito espera por isso."

O SR. JAIR MONTES – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MARCELO CRUZ – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu quero agradecer, só vou entrar na Ordem do Dia por causa do tempo regimental e depois nós vamos dar a Questão de Ordem.

Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Entramos na Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. MARCELO CRUZ – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vou dar Questão de Ordem após a Ordem do Dia, pelo tempo regimental, para todos os deputados.

O SR. MARCELO CRUZ – Senão acaba o fogo, Senhor Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Procede à leitura das proposições recebidas, a seguir:

### PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- PROJETO DECRETO LEGISLATIVO DA MESA DIRETORA. Reconhece, para fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Parecis, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer à Mesa Diretora a convocação do Secretário da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, o Sr. Pedro Antônio Afonso Pimentel, para prestar esclarecimentos, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 21 de julho de 2020, às 11h. Assunto: sobre as Secretarias Regionais de Planejamento do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora, com previsão no Regimento Interno desta Casa de Leis, a apresentação de Voto de Pesar aos familiares de morte prematura do jornalista Genézio Lima, pioneiro, comunicador e empreendedor no Município de Cacoal.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora, com previsão no Regimento Interno desta Casa de Leis, a apresentação de Voto de Pesar aos familiares de André Magalhães Pacheco, médico que atuava no “Programa Mais Médicos” na atenção básica do Estado de Rondônia, falecido na data de 30.06.2020, de forma a confortá-los e prestar devidas homenagens.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate à erotização infantil (sexualização precoce) nas escolas públicas do Estado.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER. Requer Nota de Pesar para os familiares do Senhor Horácio Rodrigues Ferreira, que faleceu no dia 6 de julho de 2020, na cidade de Colorado d’ Oeste.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Institui a Política Estadual de Proteção aos Direitos da Pessoa com Fibromialgia, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao Senhor Marclício Leite Lopes, Secretário Estadual de Desenvolvimento Ambiental e ao Senhor Evandro Padovani, Secretário Estadual de Agricultura, pedido de informações referente aos procedimentos e orientações adotadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, quanto ao

descarte de resíduos de origem animal pelos abatedouros e programas da Secretaria de Estado de Agricultura – SEAGRI, quanto à destinação e reaproveitamento para que se torne matéria-prima.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos José Rocha dos Santos, com cópia ao senhor Coronel PM José Hélio Cysneiros Pachá, Secretário Estadual de Segurança, Defesa e Cidadania, pedido de informação referente à tramitação do Processo SEI nº 0005.0177782018-45, que dispõe sobre a Mensagem do Poder Executivo referente ao Projeto de Lei que dispõe sobre “Institui, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, o Adicional de Compensação Orgânica para o quadro efetivo integrantes do Núcleo de Operações Aéreas – NOA e do grupo de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia – GOA.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Institui o Programa Estadual de Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre a permanência de acompanhantes dos pacientes internados nas Unidades de Saúde, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Institui o direito aos pacientes com retinopatia a realização de exame de sequenciamento genético com o objetivo de identificar alterações genéticas que causem doenças degenerativas na retina, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Dispõe sobre a indenização cabível no âmbito do Estado de Rondônia, em decorrência de óbitos por ausência de leitos de UTI, no período de Calamidade Pública decorrente do coronavírus (COVID-19)IM:.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JAIR MONTES. Veda a Exploração Digital no âmbito do Serviço Público Estadual e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA CASSIA MULETA. Dispõe sobre a concessão de assistência financeira emergencial a músicos, intérpretes e produtores de eventos musicais, que exerçam suas atividades em estabelecimentos comerciais e espaços temporariamente fechados em razão da emergência sanitária decorrente do novo coronavírus (Covid-19).

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA CASSIA MULETA. Dispõe sobre a instalação de banheiros químicos removíveis e com lavatórios, assim como a disponibilização de álcool em gel em locais de via aberta, onde funcionarem as feiras livres no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja oficiado à

Bancada Federal do Estado de Rondônia, através do seu coordenador, Deputado Lúcio Mosquini, que adotem providências quanto à agilidade na tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 2052/2020.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Dispõe sobre a concessão de gratuidade no transporte rodoviário intermunicipal às pessoas diagnosticadas com câncer, no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Governo do Estado de Rondônia com cópia ao Secretário Estadual de Educação, informações e providências quanto à contratação de segurança privada às escolas públicas estaduais, bem como quanto à possibilidade de abrangência das instituições beneficiárias.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia (SEJUS-RO), pedido de informações referente à contratação de Policiais Militares do Corpo Voluntário de Militares do Estado da Reserva Remunerada para o serviço ativo em caráter transitório para atuar na Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JAIR MONTES. Dispõe sobre a obrigatoriedade de suporte em acrílico para mesas e balcões em todos os setores de atividades e serviços essenciais e não essenciais, como medida de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências.

Lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Lidas as proposições recebidas, solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O Deputado Marcelo Cruz pediu Questão de Ordem, o Deputado Jair Montes, também. Quem mais? Deputado Eyder Brasil e Deputado Adelino Follador.

Vou dar Questão de Ordem, bem rapidinho, 1 minuto cada um.

O SR. MARCELO CRUZ – Está bom. Presidente, muito obrigado. Em relação a sua fala, anteriormente, quero parabenizá-lo pela condução deste Poder, mais uma vez. Em relação ao *impeachment*, de que muito tem se falado (da outra vez um advogado entrou com uma ação contra o Governador), em nenhum momento eu ouvi Vossa Excelência fazendo chantagem ou fazendo alguma coisa dessa forma contra o Governador Marcos Rocha. Muito pelo contrário. Vossa Excelência chamou todos os deputados para que pudéssemos decidir juntos e a gente 'matou' naquele momento, que a gente viu que não tinha nexos nenhum.

E a questão da fofoca, Senhor Presidente, a gente sabe que saiu uma notícia agora em relação ao excesso de arrecadação que o STF decidiu e o que eu conversei com o Chefe da Casa Civil, é que jamais ele falou de Vossa Excelência, ele respeita Vossa Excelência demais. Da outra vez eu tive, há uns 30 dias, uma conversa com o Governador, que Vossa

Excelência tem muita experiência, tanto como Prefeito - que já foi duas vezes -, como Deputado, na Legislatura passada e como líder do Governo Confúcio Moura. Eu tenho certeza de que Vossa Excelência pode contribuir muito e uma coisa que eu quero pedir, Deputado Laerte Gomes, Presidente desta Casa: Vossa Excelência sabe que existe muita fofoca. Muita fofoca. A política, parece que se mantém e ele cresce por meio da fofoca. Infelizmente, nosso Estado só vive de... Toda semana é uma fofoca. E o que eu peço para Vossa Excelência é que nós possamos realmente ter um diálogo, para a gente sentar juntamente com o Governador. E o meu pedido, que eu fiz para o Governador da outra vez, é que quando tiver essas reuniões de Poderes, que a Assembleia Legislativa esteja presente também, para não ter esse tipo de conversa. E tem que respeitar esta Casa, tem que respeitar Vossa Excelência, que é o Presidente de um Poder. E eu tenho certeza de que o Governador Marcos Rocha, a Casa Civil vai ouvir o nosso pedido. Este é o pedido que eu faço para o Governador, para que não deixe este resquício, esse tipo de fofoca. Vossa Excelência tem que estar presente e ser respeitado. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Marcelo.

Deputado Jair.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Só para contribuir, rapidinho. Só, Deputado Marcelo Cruz, reunião de Poderes sem a Assembleia não é reunião de Poderes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Deputado Laerte, eu tenho certeza de que no calor das emoções, às vezes, a gente... e dá preocupação, também, a gente sabe que aquilo que o Deputado Marcelo Cruz falou é verdade. O senhor é um dos políticos mais experientes que eu conheço. E assim, muito ousado, também, e é muito competente naquilo que faz. Então eu tenho certeza de que a vida, ela vai dando maturidade para todo mundo. Eu também era muito assim. Hoje eu sou um cara mais maduro também. De primeiro eu falava as coisas sem pensar. Hoje eu penso duas vezes. Para eu entrar em uma briga, eu penso dez vezes. Porque, na hora que eu entro também, eu apanho para caramba. Então, eu tenho certeza de que o governo vai, cada dia mais, encontrando o caminho da governança. Esta Assembleia aqui nunca foi uma Casa que travou o governo, em nada. Sempre foi com portas abertas, diálogo. Desde o início da gestão aqui do Governo Marcos Rocha, que recebeu aquele pedido de *impeachment*, nenhum deputado eu vi aqui falando – e eu não fazia parte da base do Governo, nem era vice-líder do governo -, mas eu nunca vi nenhum deputado falando: "não, vamos cassar, vamos pressionar". Não. Fomos lá, arquivamos. Então, tenho certeza de que o caminho é o diálogo, porque o diálogo vai servir não só para Casa, como para o Executivo, mas para todos os Poderes. Não é o momento agora de jogar poder contra poder. Então, parabéns pela sua condução desta Casa, e tenha certeza de que o senhor tem o apoio aqui dos deputados estaduais, como também do Governo do Estado, do Chefe da Casa Civil, cada dia mais nós temos que amadurecer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Jair. Deputado Eyder.

O SR. EYDER BRASIL - Presidente, essa sistemática aí, você acaba... Eu, como líder do governo, preciso usar a Questão de Ordem e vou tentar ser o mais breve possível.

Deputado Adailton Fúria foi muito longo e muito incisivo na sua cobrança. Eu tenho certeza de que o Deputado Adailton Fúria nunca foi chefe do Poder Executivo. Não sabe qual é o peso de pagar uma folha salarial. Então, quando ele faz essas acusações infundadas ao Governo do Estado de Rondônia, tentando jogar para a galera, tentando jogar a comunidade contra o Governo do Estado de Rondônia, é muito fácil fazer isso, meu amigo Deputado Adailton Fúria, Presidente da Comissão de Saúde. E infelizmente cobrar pelo *whatsapp* é muito fácil, mas não podemos tirar a competência dos chefes do Executivo municipal. Essa culpa, essa atribuição, Deputado Fúria, é dos prefeitos. O atendimento básico inicial, que está faltando no Estado de Rondônia, é dos prefeitos. Isso é constitucional. Você, como um bom gestor da lei, um advogado, sabe muito bem disso, meu irmão.

Então assim, é muito fácil fazer esse tipo de cobrança, quando nunca sentiu nas costas e na pele o peso de se pagar uma folha salarial. Eu mesmo entendo a necessidade de contratar profissionais de forma temporária, para não ficar com a Previdência, que está à beira de um colapso, não é? Muito já foi falado aqui nesta Casa...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado, que é Questão de Ordem.

O SR. EYDER BRASIL – Mas, Presidente...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Mas é uma Questão de Ordem específica de um tema...

A SRA. CASSIA MULETA – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Senhor Presidente. Deputado Adailton Fúria.

O SR. EYDER BRASIL - O Deputado Adelino falou sobre a questão dos casos que estão subindo aqui em Porto Velho. E aí eu fiz questão, Deputado Adelino, de fazer a contagem dia após dia, de acordo com os relatórios da Agevisa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Você tem 30 segundos para concluir a Questão de Ordem.

O SR. EYDER BRASIL – E felizmente, graças a Deus, os casos estão caindo aqui no Estado de Rondônia. E essa decisão não foi tomada de forma unilateral pelo governo. Muito se falou lá na comitiva, em que estavam o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a OAB, o Tribunal de Justiça e a Arom, foram parceiras nessa tomada de decisão.

E aqui o meu amigo Deputado Marcelo falou a respeito daquele projeto, que foi obstruído no ano passado. E eu não tenho... Como líder do governo, Deputado Marcelo, eu posso até estar enganado, mas não há nenhuma movimentação para

ser votado esse empréstimo. O Presidente já lhe parabenizou por você ter sido um dos que se posicionou contrariamente, economizando aí, como o Presidente Laerte falou hoje, mais de R\$ 60 milhões pelo aumento do dólar, mas não existe no governo essa fala, Presidente. A não ser que exista, e eu, como líder...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado. E eu estou sendo tolerante com Vossa Excelência, em respeito aos colegas, mas...

A SRA. CASSIA MULETA – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL - Agradeço. Eu queria agora só usar a sua fala, Presidente Laerte, e eu me solidarizo a Vossa Excelência. E as denúncias caluniosas a respeito da sua pessoa, da sua postura como Presidente deste Poder, elas devem ser, sim, apuradas para que seja tomada uma atitude formal. Mas infelizmente a gente ouve muito boato nesses dias de hoje. Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado. Obrigado, Deputado. Só para deixar claro... Tem o Deputado Adelino, tem a Deputada Cassia, o Deputado Fúria, se quiser falar, ele tem o direito também, porque ele foi citado. Mas só para deixar bem claro para os colegas que não é fofoca nenhuma, isso é fato. E eu tenho certeza de que esses fatos, essas ações, Deputado Marcelo e demais deputados, jamais partiu do Governador, que o Governador não é homem de fofoca, nem de conversa jogada fora. A postura que o Governador tem eu respeito, Deputado Edson, que é uma postura centrada. Agora eu já fui Executivo também, e tem muitos assessores da gente que, para ficar perto do chefe do Estado, eles ficam contando história, contando lorota, arrumando problema, para levar a solução, para querer fazer média, e isolar o chefe do Estado. Mas o Governador, em momento nenhum, eu citei aqui, até porque eu conheço ele, sei da postura correta dele. Agora os assessores dele, como o Deputado Jair disse, têm que ter maturidade e aprender que não é com mentira, que não é com fofoca que vai ajudar a governar o Estado. É com a verdade, é com trabalho. Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero, antes de falar deste assunto, eu quero dizer para o nosso líder que ontem, em nível nacional, foi falado que aqui em Rondônia ainda continua crescendo e mostrado dados em nível nacional ontem. Então, não se justifica Porto Velho ir da Fase 1 à Fase 3. Então, é porque não tinha que ter baixado da Fase 1. Então, é porque não tem critério. Eu volto a frisar isso porque, se tivesse critério, não teria descido à Fase 1, para depois voltar agora à Fase 3 sem ter nada que justifique.

Eu quero também dizer, Presidente, que nós apresentamos um Requerimento aqui hoje, convocando o Secretário da Sepog, Pedro Pimentel. Nós tínhamos proposto já a extinção das regionais, mas para nós fundamentarmos precisamos da convocação dele para que ele venha dizer quanto gastou e o que está fazendo. Porque as regionais, na época do Confúcio iam ser extintas. Eu que defendi para continuar, porque lá em Santa Catarina são exemplos as regionais e hoje gasta

dinheiro – a gente vê na transparência e não vê nada. Antes fazia serviços nos colégios, fazia muito serviço, atendia os Prefeitos da região, a Câmara de Vereadores, e hoje não faz mais nada, só fofoca. Só vive no município enchendo, inclusive falando mal de deputado. Então, eu gostaria - nós vamos hoje votar esse Requerimento - convocando o Secretário para que eles preste contas para que a gente veja a necessidade de manter as regionais no Estado de Rondônia que tanto gastam sem ter nenhum resultado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. Antes da Deputada Cassia eu queria falar aos deputados que estão em casa que vocês estão participando de uma Sessão, que está sendo transmitida pela TV, pela internet e pelo mundo inteiro e nós estamos em uma Sessão Ordinária da Assembleia. Então, como a gente falou: postura, terno, todo mundo com a vestimenta regimental e a posição, logicamente, de um parlamentar que representa esse Poder Legislativo.

Deputada Cassia.

O SR ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Já vou dar. Depois da Deputada Cassia é você, Deputado Fúria.

A SRA. CASSIA MULETA – Boa Tarde, Presidente. Boa tarde a todos os nobres deputados. Eu quero aqui também, Presidente, parabenizar o senhor. O senhor sempre está atento aos acontecimentos aqui da Assembleia Legislativa e do Estado de Rondônia. E eu quero falar com o senhor também sobre a Caerd. Queria pedir aparte quando o senhor estava falando, mas deixei para pedir agora por causa do tempo, sobre a Caerd também. Porque a minha cidade de Jarú está uma vergonha. Tem quase um mês que os setores de Jarú estão sem água. Hoje eu recebi aqui, Presidente, notícias que um morador do meu município de Jarú levou suas roupas, máquina de lavar e vasilhas para lavar dentro da Caerd. Então, as pessoas lá no meu município estão desesperadas. E eu tenho certeza que quando o Secretário – eu liguei para o Secretário lá da Caerd imediatamente – ele veio falar desse Projeto, que a gente estava enrolando aqui na Assembleia. Eu falei assim: "Ficou 100 dias no governo, agora chegou ontem lá na Assembleia e o senhor já está querendo que a gente vote?". Ele quer colocar a culpa na gente, mas hoje eu quero uma nota de repúdio para a Caerd no meu município de Jarú. É uma vergonha um município como Jarú, com 62 mil habitantes, estar faltando água como está faltando. É uma cidade que produz - e muito – e sempre está faltando água. E com essa pandemia, meu querido Deputado Crispin, faltar água é uma vergonha para um órgão do Estado, onde os moradores pagam – e pagam caro – para ter a água lá no nosso município e está faltando.

Então, eu quero agradecer ao Presidente Laerte por já ter começado esse tema aqui na nossa Casa e cobrar o nosso diretor que leve água até os municípios, porque o povo precisa. Parabéns, Presidente e eu queria falar isso aqui do meu município de Jarú, onde está uma vergonha a Caerd. Quando o nosso querido Deputado Aécio da TV falou "Caerd hoje está

servindo como cabide de emprego para o nosso Estado de Rondônia."

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputada Cassia. Mas o Presidente, para Jarú, ele não levou água, não é? O Presidente da Caerd não está levando para socorrer a população.

A SRA. CASSIA MULETA – Não levou, não levou água.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Mas para pagar os R\$ 80 mil dele, de direito, que não poderia ser pago agora, de vantagem pessoal, ele fez rapidinho. Ele e os seus diretores.

A SRA. CASSIA MULETA – E a culpa é da Assembleia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Mas é sempre assim, não é? Quando o "cara" faz as besteiras que fazem – e a Caerd tem um histórico disso. Uma empresa deficitária, com os salários mais altos que tem, com um passivo trabalhista enorme, porque, com a história da gestão compartilhada, quando tinha as ações na Justiça do Trabalho, a Caerd nunca mandava o representante do Estado, sempre deixava o ganho de causa para o servidor e isso fez a Caerd ter um passivo absurdo. E uma folha salarial, de média salarial, a mais alta do Estado é a da Caerd, infelizmente. Infelizmente! E hoje a Caerd – ainda só para complementar a Caerd – a Caerd hoje só tem, Deputado Adelino, Deputado Jair, dois municípios grandes – tem mais: é Jarú, Ouro Preto -, mas é Ji-Paraná e Porto Velho, porque hoje Vilhena já é SAAE, Pimenta Bueno já é uma empresa privada, Cacoal é SAAE, Rolim é empresa privada, Ariquemes é empresa privada. Já está perdendo todos os municípios pela má gestão que a Caerd tem. Próxima matéria, Senhor Secretário.

Ao Deputado Fúria, quando ele for falar, eu vou dar a Questão, a palavra para ele, porque ele está chegando. Ainda não chegou ainda. Ele pediu um tempo.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer à Mesa Diretora a Convocação do Secretário da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, o Sr. Pedro Antônio Afonso Pimentel, para prestar esclarecimentos, no Plenário desta Casa de Leis, no dia 21 de julho de 2020, às 11 horas. Assunto: sobre as Secretarias Regionais de Planejamento do Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Requerimento do nobre Deputado Adelino Follador em discussão. Não havendo discussão, em votação o Requerimento do Deputado Adelino Follador. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora, com previsão no Regimento Interno desta Casa de Leis, a apresentação de Voto de Pesar aos familiares de morte prematura do jornalista Genézio Lima, pioneiro, comunicador e empreendedor no Município de Cacoal.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Deputado Cirone Deiró. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora, com previsão no Regimento Interno desta Casa de Leis, a apresentação de Voto de Pesar aos familiares de André Magalhães Pacheco, médico que atuava no “Programa Mais Médicos” na atenção básica do Estado de Rondônia, falecido na data de 30.06.2020, de forma a confortá-los e prestar devidas homenagens.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) tá:– Em discussão o Requerimento do nobre Deputado Cirone Deiró. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER. Requer Nota de Pesar para os familiares do Senhor Horácio Rodrigues Ferreira, que faleceu no dia 6 de julho de 2020, na cidade de Colorado d’ Oeste.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Requerimento do nobre Deputado Chiquinho da Emater. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 174/2020 DA MESA DIRETORA. Reconhece, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Parecis, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Lebrão para proceder ao parecer do Município de Parecis, que é a sua região.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Faltou o nome do prefeito. É Luiz, não é? Já vou te dar, Deputado Adailton Fúria. Luiz Amaral.

O SR. LEBRÃO – Nosso querido Prefeito Luiz Amaral.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O parecer, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo 174/2020, que “Reconhece, para os fins do artigo 65 da Lei

Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Parecis, conforme solicitação da Prefeitura Municipal.”

Pela regimentabilidade, constitucionalidade e legalidade, meu parecer é favorável.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Lebrão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

A votação é única. Como é votação única, eu vou votar sem fazer a chamada nominal, porque a nossa assessoria legislativa solicitou que seja, como tem os deputados na videoconferência, tem que fazer a chamada. Mas como a votação é única, e é um Projeto de Decreto Legislativo da Mesa Diretora, não é um Projeto de Lei, aí eu vou fazer sem fazer a chamada nominal. Os próximos serão feitas chamadas nominais. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. A matéria vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – O Deputado Adailton Fúria estava pedindo Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adailton Fúria, Vossa Excelência pediu Questão de Ordem. Eu vou lhe dar um minuto para suas colocações.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, eu estava ouvindo atentamente a fala do nobre colega, o Deputado Eyder Brasil. Deputado Eyder Brasil, quando nós somos eleitos para sermos deputados estaduais, nós temos um dos principais papéis que é representar a população do nosso Estado de Rondônia. Quando eu ouço um discurso como este de Vossa Excelência, eu vejo que o senhor está na contramão do que é a essência do parlamento. O senhor está defendendo o Governo do Estado, dizendo que o governo está certo em não contratar, porque não tem condições de pagar. Quando a gente vai para os valores e números, a gente reconhece e sabe que o governo recebeu dinheiro e tem condições de arcar com essa despesa. Agora, o que não pode acontecer, deputado, - e o senhor é prova e testemunha disso, porque o senhor passou por isso, o senhor viveu isso – é o cidadão chegar na porta do Estado e não ter o atendimento. É o cidadão chegar no Hospital Regional - que é do Estado, não é da prefeitura. A prefeitura não tem que lidar com alta complexidade. E eu quero aproveitar a oportunidade para explicar isso para o senhor, porque eu acho que ninguém explicou ainda. Alta complexidade é de responsabilidade do Estado, não é das prefeituras. A alta complexidade aqui em Cacoal é onde está faltando médico, é no leito de UTI. Nós estamos com leitos de UTI aqui precisando de profissionais de saúde.

Agora, eu gostaria que o senhor, que é líder do governo, me explicasse como que Jarú conseguiu contratar médico, como Ariquemes conseguiu contratar médico? Prefeituras que são bem menores que o Estado. Como Vilhena conseguiu contratar médicos? É isso que nós precisamos entender. E o Estado não consegue contratar. “Ah, mas o médico do Estado

pode ganhar até R\$ 25 mil.". Pode. Pode ganhar até R\$ 25 mil, mas ele tem que virar escravo. Ele tem que ser o escravo do sistema. Um técnico de enfermagem ganha uma mixaria. Virou escravo. Tem que estar fazendo plantões extras.

Então, nós precisamos, nesse sentido, de ter muita sabedoria e maturidade para entender que nós estamos lidando com vidas de pessoas. Pessoas com falta de atendimento, leitos de UTI paralisados em Cacoal, precisando de profissionais da Saúde. E minha fala é justamente nesse sentido.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, deputado. Para concluir.  
Próxima matéria.

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Depois eu dou. Mas aí vai ficar um e outro... Neste momento, não.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, mas ele foi citado, Presidente. Ele é o líder do governo. Não. Ele é líder do governo, Presidente. O que é isso? Aí não, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vai ter, vai ter. Próxima matéria.

O SR. JAIR MONTES – Depois o senhor dá Questão de Ordem para ele e para mim também. Eu quero falar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Eyder, Vossa Excelência vai ter o seu momento, senão nós vamos ficar aqui até amanhã.

O SR. EYDER BRASIL – Senhor Presidente, vou declinar do meu pedido.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. MARCELO CRUZ – Presidente, o senhor não deve cercear. Presidente, eu quero me comunicar. Ele é o líder do governo, pelo amor de Deus!

O SR. EYDER BRASIL – A gente entende.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 674/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 137. Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica, no corrente exercício de 2020, em favor da Companhia de Água e Esgoto de Rondônia – CAERD, abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 12.426.832,00, para a Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 12.426.832,00, e cria Ação em favor da Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura – SEDI. Com Substitutivo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Projeto de Lei 674/2020, Mensagem 137 do Poder Executivo, "Autoriza o Poder Executivo

a conceder subvenção econômica, no corrente exercício de 2020, em favor da Companhia de Água e Esgoto de Rondônia – CAERD, abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 12.426.832,00, para a Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN, abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 12.426.832,00, e cria Ação em favor da Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura – SEDI."

Esse projeto está com Substitutivo, tem uma Emenda.

O SR. JAIR MONTES – Essa Emenda, Senhor Presidente, o que é, por favor?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O relator vai expor aos nobres colegas. Eu solicito ao Deputado Adelino Follador para que faça uso da palavra, e o deputado Ezequiel Neiva, que é o autor da Emenda, antes do Deputado Adelino Follador conceder o voto, que o Deputado Ezequiel Neiva exponha a sua Emenda. E só para concluir, esse dinheiro que está saindo para a Caerd é da Fonte 100 do Governo do Estado. Dinheiro que poderia ser investido na Covid, na saúde, nas estradas, no DER...

O SR. JAIR MONTES – Mas água também é prioridade, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adelino Follador. Deputado Ezequiel Neiva para explicar a Emenda.

O SR. JAIR MONTES – Depois de explicar, eu quero Questão de Ordem depois, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A Questão de Ordem vai ser dada assim que a Mesa entender que é assunto, na pauta. Daqui a pouco vou dar para o líder de governo, Deputado Eyder Brasil.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, eu solicito a inclusão do meu nome nessa Emenda, tendo em vista que o Presidente da Caerd veio aqui na Comissão de Finanças, mentiu na cara dura para os deputados presentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Então, a Emenda está subscrita pelo Deputado Anderson Pereira. E só para comunicar ao líder do governo, Deputado Eyder Brasil, é que o Presidente da Caerd esteve na Comissão de Finanças e Orçamentos, na semana passada, e foi lhe perguntado se eles tinham recebido, se a diretora havia recebido alguns benefícios trabalhistas. Ele negou, disse que não tinha recebido nada. Hoje está aí o contracheque, está na mídia a falta da verdade, a falta de respeito dele com a Comissão de Finanças e Orçamentos da Assembleia Legislativa.

O SR. EYDER BRASIL – O Deputado Ezequiel Neiva quer falar a Emenda.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Presidente e nobres colegas deputados. Na verdade, quando nós pegamos o projeto na Comissão, nós fizemos questão de convidar o Presidente da

Caerd, e como nós não nos demos satisfeitos com a explicação dele, no dia, e de outro diretor que o acompanhava, nós solicitamos por escrito que ele nos informasse qual era, realmente, onde ele iria colocar esse R\$ 12 milhões que a Caerd estava desesperadamente pedindo ao Governo do Estado, da Fonte 100, conforme Vossa Excelência, Presidente, já disse que este dinheiro está saindo da Fonte 100, R\$ 12 milhões.

Bom, ele nos passou uma relação daquilo que ele iria investir esse recurso. Como R\$ 7 milhões e aproximadamente R\$ 200 mil seriam para compra de insumos (cloro, cloreto de sódio...) e mais alguns equipamentos para que a Caerd pudesse fazer o seu filtro da água, eu coloquei uma Emenda tirando em destaque aquilo que era para pagamento de pessoal e os insumos.

Então, colocamos uma Emenda para que nós aprovássemos hoje, nesta Sessão, e liberássemos para a Caerd aquilo que é insumo para que a Caerd possa prover a água e os equipamentos. Tiramos a questão dos pagamentos de salário, até porque não me dei por satisfeito, ainda, com a explicação dele. A não ser que, para o futuro, ele nos convença, realmente, se faz necessário esse recurso, até porque ele mandou esse projeto para o governo no mês de março. Se no mês de maio ele pagou esse R\$ 200 e poucos mil para três pessoas, não me convenceu.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para três pessoas.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Não me convenceu que está precisando de dinheiro para folha, não. Porque senão ele não teria feito isso com o recurso da Caerd, que é tão pouco e tão resumido. E a Caerd, hoje, não está dando conta de pagar os salários, isso é uma vergonha. Inadmissível! Se nós vemos os vários municípios, todos que estão com a Caerd, a água por conta própria, estão com superavit, por que é...

O SR. JAIR MONTES – Questão de Ordem. Eu discordo de Vossa Excelência.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Essa é a minha Emenda, Senhor Presidente. Eu coloquei essa Emenda para que os senhores pudessem analisar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adelino Follador para emitir o parecer.

Deputado Jair Montes, a hora de discutir a matéria...

O SR. JAIR MONTES – Eu discordo da sua fala... **(falha no áudio)**...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 674/2020 do Poder Executivo/Mensagem 137, que "Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica, no corrente exercício de 2020, em favor da Companhia de Água e Esgoto de Rondônia - CAERD, abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 12.426.832,00, para a Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 12.426.832,00, e cria

Ação em favor da Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI."

Eu sou de parecer favorável, com Substitutivo, Senhor Presidente.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, antes de votar, eu quero discutir a matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir a matéria, para discutir o parecer do Deputado Adelino Follador, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Está nervoso, o Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não, eu estou tranquilo. Nunca estive tão tranquilo na minha vida.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, eu quero saber o seguinte: são R\$ 12 milhões. Eu quero saber, esse Substitutivo, a gente vai aprovar quanto aqui para a Caerd?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – São R\$ 7 milhões, 577 mil e 752 reais.

O SR. JAIR MONTES – Os outros ficam para quando?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Os outros não foram autorizados pela Assembleia. Neste primeiro momento, só estes R\$ 7 milhões a Assembleia autorizou, a Emenda que vai ser votada.

O SR. JAIR MONTES – Então eu vou pedir aqui, que os nobres deputados encaminhem o voto para rejeitarem, então, este parecer, porque me falaram que nós iríamos votar R\$ 7 milhões semana que vem. O próprio Deputado Ezequiel Neiva falou para mim, que na semana que vem iria trazer outro parecer para votar os R\$ 5 milhões...

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Deputado...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Ezequiel, deixa ele prosseguir.

O SR. JAIR MONTES – Mas se for nessa mesma linha, eu oriento aos deputados que nós votemos contra esse parecer, e votemos integral, essa matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O Vice-líder do Governo orienta que vote integral. Alguém mais para discutir a matéria? Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Ismael Crispin.

O SR. JHONY PAIXÃO (Por videoconferência) - Presidente, o Deputado Cabo Jhony Paixão.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Só para participar da discussão, eu tenho um entendimento e, lógico, vai divergir de muita gente. Mas, Deputado Jair Montes, Vossa Excelência usa a fala e, como Vice-líder do Governo, com todas as prerrogativas, mas acho que hoje nós podemos avançar. Se na pauta a gente não pode o todo, nós temos que resolver uma situação da Caerd, que é a questão dos insumos e isso está contemplado no Substitutivo, não está?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Perfeitamente. Estão contemplados os insumos. Agora, Deputado Jair Montes, com todo o respeito a Vossa Excelência...

O SR. ISMAEL CRISPIN - Só para concluir, Deputado Ezequiel Neiva...

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Depois que a Casa e eu, por exemplo, estiver convencido de que realmente a Caerd precisa e necessita desse recurso, obviamente eu vou analisar. Agora, neste momento, o meu convencimento é para os insumos e os equipamentos.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Deputado Ezequiel Neiva, só para concluir aqui. Deputado Jair Montes, então, eu penso que a gente poderia avançar nesse sentido, resolver as questões dos insumos, a direção da Caerd vai poder trabalhar isso; a pauta do pagamento e o que envolve a folha de pagamento da Caerd, uma outra pauta, uma outra discussão com mais tranquilidade, convencimento. A Caerd tem que ter essa capacidade de fazer essa discussão, de trazer à luz, de tirar toda dúvida que tem a Comissão de Finanças e Orçamentos e a Assembleia Legislativa, a responsabilidade de não ser atacada como hoje aqui o Presidente mostrou, que vai faltar água e aquilo outro, isso a gente não pode deixar para amanhã. Vamos fazer aqui a nossa parte. Vamos resolver hoje essa questão do insumo, não deixar isso para depois, não.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, boa fala do Deputado Ismael Crispin e Vossa Excelência tem um bom senso que eu admiro bastante. Eu queria pedir a Vossa Excelência para a gente suspender e a gente discutir, porque faz tempo que a gente não discute, Deputado Jair Montes. Vamos ali atrás, eu acho isso muito bonito da sua parte, isso é muito democrático.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu vou pedir vista. Eu vou pedir vista da matéria e depois no final, a gente vai discutir. Eu vou pedir vista da matéria. Quem sabe, até o final da Sessão, a gente chega a um entendimento.

Próxima matéria.

O SR. MARCELO CRUZ – Maravilha. Muito obrigado, Senhor Presidente. O Senhor, como sempre, um grande Presidente. Obrigado, meu Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Quem sabe, até semana que vem, Deputado Jair Montes, quem sabe...

O SR. JAIR MONTES – Não, sem problema. Agora, o que eu não posso deixar, Presidente, é o povo de Rondônia ficar sem água. Nós não podemos deixar. Nós não podemos deixar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu não vou admitir aqui, eu não vou aceitar, querer colocar uma culpa, querer colocar a culpa por um projeto que ficou 100 dias no governo, chegou esta semana e os deputados...

O SR. JAIR MONTES - Não é questão de aceitar, não, Presidente. Não é questão de aceitar, não. Não é questão de aceitar, não. A gente fez uma conversa, a gente fez uma conversa de um jeito. Chegou aqui, mudou a conversa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não. Nunca conversei com você sobre isso. Não, eu nunca conversei.

O SR. JAIR MONTES – Não, negativo. Uma conversa de um jeito, chega aqui muda. Eu não vou aceitar que o povo de Rondônia fique sem água.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu não conversei. Eu não conversei.

O SR. JAIR MONTES – Eu não vou aceitar, Presidente. Eu não vou aceitar. Eu não vou aceitar. Eu não vou aceitar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria vai ser votada hoje.

O SR. MARCELO CRUZ - Deputado Jair Montes, vai votar no final...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não é desse jeito que o governo vai avançar aqui nesta Casa.

O SR. JAIR MONTES – Não tem problema nenhum. Não tem problema. Mas o povo vai saber da verdade. Se é isso, o povo vai saber da verdade.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Próxima matéria.

O SR. MARCELO CRUZ - Só um pouquinho, Presidente, só um pouquinho. Deputado Jair Montes, não é que não vai ser votado hoje. Eu tenho um respeito por Vossa Excelência, é meu amigo. Só um pouquinho. Você já falou, Deputado. O Presidente só colocou para o final para a gente discutir...

O SR. JAIR MONTES – Deputado Marcelo Cruz, a maneira que o Deputado Ismael Crispin expôs, foi de maneira educada. É maneira de respeito com este parlamento, até comigo como Deputado. Agora, da maneira de “goela abaixo” também não vai não.

O SR. MARCELO CRUZ – Então... Não é “goela abaixo”, ele já explicou...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Próxima matéria. “Goela abaixo” é Vossa Excelência não aceitar aqui. Próxima matéria.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, só um momento. Eu não estou... (**ininteligível**). Vossa Excelência colocou para o final.

Líder, colocou para o final. Ele não está dizendo que não vai votar.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) - Senhor Presidente, Questão de Ordem para discutir a matéria.

O SR. EYDER BRASIL - Até entendo, porque não era o momento para pedir vista, não é Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria, eu pedi vista e vou voltar no final da Sessão, para ver se chegamos a um consenso.

O SR. MARCELO CRUZ - É para o final da Sessão, Deputado Jair Montes. Calma aí, o que é isso?

O SR. EYDER BRASIL - Inverter a pauta. Inverter a pauta. Inverter a pauta. Até mesmo porque o Deputado deu parecer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Eu pedi vista no final. Pedi vista da matéria. No final, eu já me comprometi a trazê-la de volta. Então a matéria já encerrou, perdeu o objeto da discussão.

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 629/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 108. Dá nova redação aos artigos 1º e 3º da Lei nº 995, de 27 de julho de 2001.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A Mensagem 108 está sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer da matéria.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Mensagem 108, Projeto de Lei 629/2020, do Poder Executivo, que "Dá nova redação aos artigos 1º e 3º da Lei nº 995, de 27 de julho de 2001."

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Presidente, o relator acatou a Emenda?

O SR. DR. NEIDSON - Com emenda.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Questão de Ordem para quem? Espera aí só o senhor relator concluir.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Só justificar aqui, que o projeto é de parecer favorável com duas Emendas, que já estão anexadas aqui. Uma é do Deputado Anderson e do Deputado Dr. Neidson.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Essa Mensagem 108 é a do auxílio aos servidores...

O SR. DR. NEIDSON - Auxílio-saúde.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - E eu gostaria que os deputados que colocaram Emendas, os autores das Emendas, explicassem as Emendas, por favor.

O SR. ADELINO FOLLADOR - O Deputado Anderson e o Deputado Dr. Neidson.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Então, a nossa Emenda está preservando, porque o governo vai deixar de pagar, se aprovar do jeito que está, os R\$ 50 para os servidores, todos os servidores públicos do Estado. Vão deixar de receber os R\$ 50, quem não tem plano de saúde. Então, nós colocamos a Emenda para preservar esses R\$ 50. Somente isso. E se o governo contratar uma empresa direta para vender o plano de saúde, aí sim ele deixa de pagar para todos, para o que tem plano e para o que não tem, porque o governo mandou o Projeto com esta intenção também: de contratar uma empresa para prestar o serviço de saúde para os servidores do Estado. E aí ele deixa de pagar o auxílio, mas ele também estaria tirando os R\$ 50, até contratar essa empresa, e a gente está preservando os R\$ 50, porque eu acho que não é o momento de tirar dinheiro do servidor. R\$ 50 vai fazer muita falta no contracheque do servidor.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Com certeza. Então, eu sou de parecer favorável com as duas Emendas, a do Deputado Anderson e a do Deputado Dr. Neidson.

Então, parecer favorável com as duas Emendas.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão o parecer do nobre Deputado Adelino Follador.

O SR. EYDER BRASIL - Para discussão aqui, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para discussão, Deputado Eyder.

O SR. EYDER BRASIL - São duas Emendas, e o Deputado Anderson Pereira esclareceu uma delas, eu acredito. Qual é a próxima, Deputado Dr. Neidson?

O SR. DR. NEIDSON - Não, é a mesma. É emenda coletiva. Nós dois assinamos.

O SR. EYDER BRASIL - Está ok. Obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Deputado Eyder, a outra Emenda é do Deputado Jhony Paixão. Salvo engano, ele incluiu os aposentados e pensionistas, que também estavam excluídos do projeto. Se eu não me engano, é essa a Emenda do Deputado Jhony.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão. Encerrada a discussão...

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, eu gostaria que lesse essa Emenda para eu entender um pouco mais, pode ser? Ler ela completa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Toda? Vossa Excelência quer inverter a pauta?

O SR. MARCELO CRUZ – Eu quero, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vamos inverter a pauta deste projeto, e depois a gente vê no final, enquanto o Deputado faz a análise.

Essa Mensagem 108 não estava na Ordem do Dia, mas, a pedido do Deputado Anderson e Deputado Dr. Neidson - e a matéria já entrou duas vezes na Ordem do Dia, e saiu -, eu coloquei na Ordem do Dia. Só para explicar aos nobres colegas. Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 672/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 134. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro e Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 8.763.728,26, e cria Ação, em favor da Unidade Orçamentária: Defensoria Pública do Estado de Rondônia – DPE.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria está sem parecer. Solicito ao Deputado Lebrão, da Comissão de Constituição e Justiça, para fazer o parecer.

O SR. LEBRÃO - Projeto de Lei 672/2020, do Poder Executivo, Mensagem 134, "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro e Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 8.763.728,26, e cria Ação, em favor da Unidade Orçamentária: Defensoria Pública do Estado de Rondônia – DPE."

Pela legalidade, constitucionalidade, meu parecer é favorável pelas Comissões pertinentes, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Eurípedes Clemente, Lebrão. Não havendo discussão, em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 672/2020. Não havendo discussão, em votação. Os deputados que estão presentes podem fazer a votação.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Presidente, qual é essa matéria?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Essa matéria é a Mensagem 134. É da Defensoria Pública.

Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA *(Por videoconferência)* – Favorável, Senhor Presidente. Ainda mais nesse momento em que a Defensoria tem exercido um grande papel, principalmente na área de saúde, entrando com ações e fazendo o Estado cumprir a parte dele.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Favorável. Deputado Aécio da TV.

Deputado Alex Redano.

Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA *(Por videoconferência)* – Favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER *(Por videoconferência)* – Deputado Chiquinho é favorável. Favorável, porque realmente eles estão fazendo um grande trabalho em prol da população. Voto "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ *(Por videoconferência)* – Meu voto é favorável, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia. Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO *(Por videoconferência)* – Acompanho o Presidente. Meu voto é "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO *(Por videoconferência)* – "Sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel. Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON *(Por videoconferência)* – Favorável, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV voltou?

O SR. AÉLCIO DA TV *(Por videoconferência)* – Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO *(Por videoconferência)* – Alex Redano. Já votei "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia, ausente. Deputado Luizinho Goebel.

#### VOTAÇÃO NOMINAL REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim

- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Os deputados aqui que estão no plenário, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **A matéria está aprovada com a ausência do Deputado Luizinho Goebel e do Deputado Geraldo da Rondônia. A matéria vai à segunda votação.**

O SR. JAIR MONTES – Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem, Deputado.

O SR. JAIR MONTES – Eu peço a retirada dos Projetos Mensagem 49, Mensagem 171 e Mensagem 108. Eu peço a retirada de pauta, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Mensagem?

O SR. JAIR MONTES – 49, 171 e 108.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deixa eu ver aqui, Deputado. 108?

O SR. EYDER BRASIL – 108 é a que Vossa Excelência pediu vista, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – 108 é dos auxílios aos servidores.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Presidente. A 108 não foi pedida vista.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não, ela foi feita inversão de pauta, não é?

O SR. EYDER BRASIL – Concordo, Deputado Lazinho.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Foi feita inversão de pauta. A 171 qual que é?

O SR. EYDER BRASIL – A 171 é a que trata do Profisco II.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Mensagem 171. Eu vou deliberar. O vice-líder do governo pediu a retirada de pauta e como a matéria estava na pauta e é matéria do Poder Executivo, eu vou deliberar e vou acatar o pedido de retirada da pauta. Solicito a retirada da pauta das Mensagens 49, 108 e 171. Como é o pedido por retirada da primeira vez, eu gostaria que a Vossa Excelência depois encaminhasse ofício a esta Mesa para a retirada de pauta.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Alguns dias atrás eu fiz um pronunciamento aqui sobre o setor produtivo madeireiro e a perseguição que existe sobre esse setor hoje pela Polícia Federal Rodoviária. E eu estou recebendo durante essa Sessão aqui ligações do Presidente do Sindicato dos Madeireiros lá de Ariquemes, de Vista Alegre do Abunã, todo o pessoal lá do setor madeireiro, e eu gostaria de fazer um Requerimento verbal para que fosse convidado o Superintendente-Geral da Polícia Rodoviária Federal na Comissão da Indústria e Comércio, aqui da Assembleia Legislativa, para eles prestarem esclarecimentos sobre a maneira que eles estão medindo as cargas dos caminhões que saem carregados de madeira e lenha do Estado de Rondônia, em cima da volumetria, porque o setor vai quebrar.

Nós não conseguimos mais suportar essa perseguição comercial em cima do setor produtivo madeireiro de Rondônia, esse protecionismo que tem em cima do setor produtivo madeireiro do Mato Grosso.

Então é importante que essa Assembleia tome posição com os pares. E vou comunicar também os deputados federais, aliás, a nossa esfera federal, representada pelos nossos senadores e deputados, para que a gente possa tomar providências sobre esse assunto, que é muito importante para o Estado de Rondônia.

Gostaria que fosse deferida essa solicitação nossa, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Defiro a solicitação do Deputado Lebrão e encaminho ofício para nós fazermos Requerimento a esses órgãos.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Pela ordem, Senhor Presidente. Deputado Cabo Jhony Paixão.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pela ordem, Deputado Cabo Jhony Paixão, bem rapidamente.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Presidente, se possível, deixar disponível, novamente, a Ordem do Dia, haja vista que a qual eu tenho em mãos inclusive não constam todas as Mensagens as quais o Deputado Jair Montes acaba de falar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu não entendi, Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – A deliberação das matérias da Ordem do Dia, Senhor Presidente, a qual eu tenho em mãos, não constam as Mensagens que o Deputado Jair Montes acaba de ressaltar. Pergunto se houve alguma alteração nessas Mensagens.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não. Com exceção da 108, que foi deferida por mim – e o Regimento me permite -, todas estão na Ordem do Dia publicada no Diário Oficial da Assembleia. Menos a 108.

Próxima matéria.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Ok, Senhor Presidente. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Jhony Paixão.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 687/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 139. Altera dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996 e revoga a Lei nº 2.615, de 28 de outubro de 2011.

Falta o parecer das Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria está sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer da matéria da Mensagem 139.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 687/2020, Mensagem 139, que “Altera dispositivos da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996 e revoga a Lei nº 2.615, de 28 de outubro de 2011.”.

Nós somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria, pela constitucionalidade, o Deputado Adelino Follador é de parecer favorável. Em discussão o parecer do nobre Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação, o parecer da Mensagem 139.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Está em votação, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria está em votação.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Só pedir para a liderança do governo esclarecer o Projeto, Mensagem 139.

O SR. JAIR MONTES – Sim, senhor. É prorrogação do ICMS, nobre deputado. Então, prorrogando o ICMS.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Prorrogando o ICMS?

O SR. JAIR MONTES – Visa adequar o texto da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, prorrogando o prazo para realizar a compensação dos créditos em relação às operações relativas ao ICMS, de 1º de janeiro de 2020, parcelar-se a partir de 1º de janeiro de 2033, somente para mercadorias de uso e consumo de energia elétrica. Além disso, a segunda alteração retira a possibilidade de reparcelamento de créditos tributários pelo contribuinte inadimplente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir a matéria, essa matéria, na verdade, é para remissão, também, não é? Para remissão dos créditos tributários.

O SR. EDSON MARTINS – É de 2020 para 2033, é isso que eu entendi?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Isso.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, quais empresas vão ser beneficiadas com essa matéria?

O SR. EDSON MARTINS – Por que treze anos?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão a matéria. Para discutir?

O SR. ISMAEL CRISPIN – Vou só adiantar o voto. Eu voto contra.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a discussão. Em votação o parecer pela constitucionalidade. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**  
Em primeira discussão...

O SR. JAIR MONTES – Só completando aqui, Presidente, para completar, no final, o impacto. Por ser apenas adequação, algo que já está na legislação federal. Nós estamos só regulamentando. Caso não seja aprovado, poderá gerar entraves administrativos para os contribuintes, tendo em vista que terá divergência em textos legais. Então é só regulamentando o texto federal para o texto estadual.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a discussão. Em primeira discussão o Projeto de Lei 687/2020. Eu vou fazer a chamada nominal dos deputados.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu já vou dar Questão de Ordem. Nós vamos fazer toda a votação nominal. Os deputados presentes podem votar. Os favoráveis votem “sim” e os contrários votem “não”. Questão de Ordem, Deputado Adailton Fúria.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, esse Projeto é para remir o quê? Remir dívida de empresa? Remir o quê?

O SR. JAIR MONTES – Não, não, nada de empresa. Isso aqui é só regulamentando a lei federal para, regulamentando com a legislação estadual. Já tem uma lei federal.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adailton Fúria, seu voto.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, favorável.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) - Eu tenho uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho, Questão de Ordem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Mas essa matéria está na pauta?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está na pauta. É a Mensagem 139.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É a Mensagem 139.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Apesar de não entender bem o que está regulamentando, mas eu voto favorável, Presidente. Mas eu gostaria de mais explicação.

O SR. JAIR MONTES – Confia em mim, Deputado Aécio.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) - Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA (*Por videoconferência*) – Eu voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (*Por videoconferência*) – Meu voto é "não". Está muito vago, não tem explicação.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho "não". Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Presidente, como eu falei no início da discussão da matéria, a matéria está muito confusa. Eu vou votar "não".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) - Eu voto pela reprovação, reprovo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão. Deputado Geraldo, repita a seu voto.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) – Reprovação, eu voto "não".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão. Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. JHONY PAIXÃO – Presidente, voto "sim".

O SR. JAIR MONTES – Obrigado, prefeito.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony, "sim".

Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Voto "não", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Voto "não". Matéria tributária sem discutir, "não".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) – "Não", Presidente. Tem que discutir melhor a matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Por 13 votos contrários e 8 votos favoráveis, está reprovada a matéria. Vai ao Expediente. Falta o Deputado Edson votar.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA – Presidente, pede para desligar os microfones se não a gente não ouve.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Solicitar que os deputados que estão por videoconferência desliguem os seus microfones. O seu voto ainda não apareceu aqui. O senhor pode anunciar o seu voto.

O SR. EDSON MARTINS – Senhor Presidente, eu vou votar "não" porque para mim está muito mal explicado essa matéria. Prorrogar o prazo até 2033, vai adentrar outros mandatos de governo, sem discussão, uma matéria tributária, eu, realmente, não tenho condição de votar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Edson.

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- não
- Deputada Cassia Muleta	- não
- Deputado Chiquinho da Emater	- não
- Deputado Cirone Deiró	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- não
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não
- Deputado Ismael Crispin	- não
- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- sim

- Deputado Luizinho Goebel - não
- Deputado Marcelo Cruz - não votou
- Deputada Rosângela Donadon - não

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Com 14 votos contrários e 8 favoráveis, está reprovada a matéria.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 670/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 132. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 300.000,00, e cria Programa e Ação Orçamentária, em favor da Unidade Orçamentária: Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Solicito ao Deputado Jair Montes, membro da Comissão de Constituição e Justiça, para proceder ao parecer.

O SR. JAIR MONTES - Projeto de Lei 670/2020 do Poder Executivo/Mensagem 132, "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 300.000,00, e cria Programa e Ação Orçamentária, em favor da Unidade Orçamentária: Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER."

Nosso parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão o parecer do Deputado Jair Montes ao Projeto de Lei 670/2020 do Poder Executivo/Mensagem 132. Não havendo quem discuta o parecer, em votação o parecer favorável. Os deputados favoráveis permanecem como estão, os contrários se manifestem.

#### **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 670/2020 de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão. Em primeira votação.

Os deputados presentes podem votar no painel.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, favorável.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Eu voto favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano?

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (*Por videoconferência*) – Chiquinho vota "sim". A Jucer faz um grande trabalho para o Estado de Rondônia. Voto "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró?  
O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – "Sim", Senhor Presidente. Eu quero aproveitar a oportunidade, parabenizar o vice-líder do Governo, Deputado Jair Montes, pela retirada da matéria 171, que esse não é momento de nós pegarmos empréstimos milionários de países, em dólar. Então eu quero parabenizar o vice-líder por retirar a matéria 171 da pauta.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia?

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) – Voto pela aprovação, Senhor Presidente. Voto "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão?

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – A matéria... (**ininteligível**). "Sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Eu queria pedir aos Deputados para desligarem o microfone. Só ficar com o microfone ligado quem está falando.

Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – "Sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Presidente.

#### **VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA**

- |                                |             |
|--------------------------------|-------------|
| - Deputado Adailton Fúria      | - sim       |
| - Deputado Adelino Follador    | - sim       |
| - Deputado Aécio da TV         | - sim       |
| - Deputado Alex Redano         | - sim       |
| - Deputado Alex Silva          | - sim       |
| - Deputado Anderson Pereira    | - sim       |
| - Deputada Cassia Muleta       | - sim       |
| - Deputado Chiquinho da Emater | - sim       |
| - Deputado Cirone Deiró        | - sim       |
| - Deputado Dr. Neidson         | - sim       |
| - Deputado Edson Martins       | - não votou |
| - Deputado Eyder Brasil        | - sim       |
| - Deputado Ezequiel Neiva      | - sim       |
| - Deputado Geraldo da Rondônia | - sim       |
| - Deputado Ismael Crispin      | - sim       |

- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 21 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado em primeira votação, o Projeto de Lei 670/2020. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 692/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 144. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro e Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 30.893.944,72, e cria Programa e Ação, em favor da Unidade Orçamentária: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 692/2020 do Poder Executivo/Mensagem 144, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro e Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 30.893.944,72, e cria Programa e Ação, em favor da Unidade Orçamentária: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJRO."

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 692/2020, de autoria do Poder Executivo.

Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (Por videoconferência) – Favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (Por videoconferência) – Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA (Por videoconferência) – Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Por videoconferência) - Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) - Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (Por videoconferência) - Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO (Por videoconferência) - Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) – "Sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (Por videoconferência) – "Sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Por videoconferência) – "Sim", Senhor Presidente.

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- sim

- Deputado Jair Montes - sim
- Deputado Jean Oliveira - ausente
- Deputado Jhony Paixão - sim
- Deputado Laerte Gomes - sim
- Deputado Lazinho da Fetagro - sim
- Deputado Lebrão - sim
- Deputado Luizinho Goebel - sim
- Deputado Marcelo Cruz - não votou
- Deputada Rosângela Donadon - sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 22 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado em primeira votação, o Projeto de Lei nº 692/2020 do Poder Executivo. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria, Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 632/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 113. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 6.450.942,62, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Solicito ao Deputado Lebrão para proceder parecer nesta matéria, pela CCJ e demais Comissões pertinentes.

O SR. LEBRÃO – Projeto de Lei 632/2020 do Poder Executivo/Mensagem 113, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 6.450.942,62, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI."

Pelas Comissões pertinentes, meu parecer é favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Lebrão. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 632/2020, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em primeira votação. O painel está aberto.

Deputado Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano. Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA (*Por videoconferência*) – "Sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) – "Sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (*Por videoconferência*) – Deputado Chiquinho da Emater vota "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Presidente. Até fiz a gestão junto ao senhor hoje, para a gente colocar esta matéria de suma importância. Voto "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – "Sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) – "Sim", Presidente.

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria - sim
- Deputado Adelino Follador - sim
- Deputado Aécio da TV - sim
- Deputado Alex Redano - sim
- Deputado Alex Silva - sim
- Deputado Anderson Pereira - sim
- Deputada Cassia Muleta - sim
- Deputado Chiquinho da Emater - sim
- Deputado Cirone Deiró - sim
- Deputado Dr. Neidson - sim
- Deputado Edson Martins - sim
- Deputado Eyder Brasil - sim
- Deputado Ezequiel Neiva - sim
- Deputado Geraldo da Rondônia - sim

- Deputado Ismael Crispin - sim
- Deputado Jair Montes - sim
- Deputado Jean Oliveira - ausente
- Deputado Jhony Paixão - sim
- Deputado Laerte Gomes - sim
- Deputado Lazinho da Fetagro - sim
- Deputado Lebrão - sim
- Deputado Luizinho Goebel - sim
- Deputado Marcelo Cruz - não votou
- Deputada Rosângela Donadon - sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 22 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei nº 632/2020, de autoria do Poder Executivo. Vai à segunda votação**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 644/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 119. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 270.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo de Apoio à Cultura do Café em Rondônia - FUNCAFÉ.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Solicito ao Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Esse é o Projeto de Lei 644/2020, Mensagem 119, "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superavit Financeiro, até o valor de R\$ 270.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo de Apoio à Cultura do Café em Rondônia – FUNCAFÉ."

É uma matéria, Presidente, que o Deputado Cirone pediu para incluir na pauta. É justo, mas agora tem dificuldade de fazer essa festa. Mas, mesmo assim, vamos aprovar, que na hora que acabar esta pandemia com certeza é uma festa importante para festejar o desenvolvimento do café em Rondônia.

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 644/2020, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em primeira votação. O painel está aberto. Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (Por videoconferência) – Favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV. Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA (Por videoconferência) – Favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Por videoconferência) – Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Por videoconferência) – Voto "sim", e ao mesmo tempo agradeço a matéria estar em pauta, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (Por videoconferência) – Voto "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO (Por videoconferência) – Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Por videoconferência) – Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Por videoconferência) – "Sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (Por videoconferência) – "Sim", Presidente.

O SR. AÉLCIO DA TV (Por videoconferência) – Registra o meu voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Quem?

O SR. AÉLCIO DA TV (Por videoconferência) – Deputado Aécio da TV.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, eu estou com um problema aqui de votar, mas eu, com certeza, vou prestigiar os nossos dois Deputados lá da capital do café, Deputado Cirone Deiró e Deputado Fúria, eu voto "sim".

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria - sim
- Deputado Adelino Follador - sim

- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não votou
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 21 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado em primeira votação o Projeto de Lei 644/20. Vai à segunda votação a matéria.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 647/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 122. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 3.548.390,63, em favor da Unidade Orçamentária: Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado - FHEMERON.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pessoal, se puderem desligar os microfones é importante. Senhores deputados por videoconferência, nós estamos em uma Sessão ao vivo. Desliguem os microfones.

Solicito ao Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 647/2020 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 122, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 3.548.390,63, em favor da Unidade Orçamentária: Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado - FHEMERON."

Nós somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, sabendo que a Fhemeron precisa de sangue neste momento. Precisamos apoiar. Conte conosco.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 647/2020, de autoria do Poder Executivo.

Painel está aberto. Deputado Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Fúria, favorável. Deputado Aécio da Tv.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Voto favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) – Voto favorável.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano, favorável.

Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA (*Por videoconferência*) – Favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (*Por videoconferência*) – Deputado Chiquinho da Emater vota "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – "Sim", Presidente. Entrou meu voto como "sim"? Deputado Luizinho.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho votou a favor.

Deputada Rosângela Donadon.

### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- não votou
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- não votou

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 20 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado em primeira votação o Projeto de Lei 647/2020. Vai à segunda votação a matéria.**

Na segunda votação nós só vamos confirmar os votos, tá?

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 392/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 12. Altera e acresce dispositivos à Lei nº 736, de 21 de julho de 1997.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Solicito ao Deputado Lebrão para proceder ao parecer da matéria da Mensagem 12.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, eu gostaria que o relator pudesse explicar se ele sabe da matéria ou alguém possa explicar essa matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A mensagem 12, aqui, Deputado Lebrão, vou citar... Eu tenho um resumo e posso explicar rapidinho aqui, porque tenho um resumo aqui, se Vossa Excelência permitir, até para você poder proferir o voto.

O SR. LEBRÃO – Fique à vontade.

O SR. EYDER BRASIL – Posso fazer daqui, Senhor Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A mensagem 12, altera o art. 2º, atribuindo a competência ao Poder Executivo de criar,

encerrar e extinguir escolas por meio de Decreto. Esse projeto irá facilitar a criação e encerramento de unidades escolares em função de movimentação populacional em alguns municípios e comunidades indígenas para outras áreas. Define também que a sugestão para criar e encerrar unidades educacionais seja titular da Seduc. Hoje, para encerrar uma escola é preciso do Legislativo. Eles estão pedindo autorização para eles encerrarem, criarem, enfim...

O SR. LEBRÃO – Uma vez dada a explicação, meu parecer é favorável pela regimentalidade, legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei 392/2020 do Poder Executivo/Mensagem 12, que "Altera e acresce dispositivos à Lei nº 736, de 21 de julho de 1997."

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Lebrão.

O SR. EDSON MARTINS – O parecer favorável do meu colega, o Deputado Lebrão, pela regimentalidade, mas eu acredito, Presidente Laerte, que para se fechar uma escola precisa passar pelo Legislativo. Ninguém mais do que o deputado para conhecer lá no seu município, na sua região. Eu já queria me manifestar contra essa matéria o meu voto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Antecipar seu voto.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vamos votar o parecer e discutir, pode ser? Em discussão o parecer do Deputado Lebrão. O parecer do Deputado Lebrão é pela constitucionalidade do Projeto. E a votação é a questão do parlamentar, questão de expressão do parlamentar, questão política.

Encerrada a discussão, em votação o parecer do Deputado Lebrão. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Em discussão o Projeto de Lei 392/2020. Para discutir, o Deputado Cirone Deiró.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Eu também.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró, depois Deputado Ismael Crispin.

O SR. DR. NEIDSON – E Deputado Dr. Neidson.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – E Deputado Dr. Neidson.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Presidente, para discutir, Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Presidente, nós já passamos por uma situação dessas nas escolas municipais, em que um gestor queria fechar as escolas aqui. Aí entrou

uma nova administração e fez o remanejamento de alunos, modificou o sistema de dar as aulas em meio período. Em vez de fechar escolas, ele remanejava professor de uma escola para outra. E foi uma decisão sábia. Então, se naquele momento tivesse fechado, hoje a escola estaria abandonada. Então eu acho que precisa passar por este parlamento, porque o Estado é grande, e cada um conhece a sua região, para defender se fecha ou não, o parlamento pode discutir isso melhor do que ser decidido por um Secretário, quando puder.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Senhor Presidente, só para a gente falar, porque há a questão do fechamento de uma escola, e eu sei que alguns municípios tiveram a necessidade com aquela questão da escola polo. Envolve uma discussão muito grande com a sociedade. Você traz, é necessário fazer audiência pública e tudo mais. E quando nós falamos de uma estrutura, que ela é do Governo do Estado, que geralmente tem um investimento público muito maior do que os investimentos às vezes feitos pelo município, isso carece ainda mais dessa presença do Estado, dessa discussão. E quando eu falo da presença do Estado, eu falo da participação do Poder Legislativo nesse sentido.

E fazendo parte da Comissão de Educação, juntamente com o Deputado Lazineiro da Fetagro, é uma preocupação que a gente tem – talvez seja essa a do meu Presidente da Comissão de Educação. Então gostaria muito que essa discussão viesse num momento de, de repente, fechar uma escola lá no Município de Guajará-Mirim.

O SR. DR. NEIDSON – Já fecharam.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Nós vamos fechar a escola. Tivemos uma situação assim lá. Não tivemos? Aí pega a sociedade de surpresa. De repente, um ato de quem está na gestão da pasta. É importante a participação do Poder Legislativo. Fica aqui a minha manifestação pela rejeição do projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazineiro da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, fazendo minhas as palavras dos deputados que me antecederam, além disso, eu acho que cada escola fechada é um pedaço de um presídio aberto. E além de passar pelo parlamento, principalmente, tem que ouvir a comunidade. Alternativas podem ser encontradas, como foi lá em Cacoal, como foi em Presidente Médici, no ano retrasado, quando do fechamento de uma escola lá, achou-se alternativas. Então, eu não vejo que o governo, por si só, tem o direito de fechar ou abrir escola sem a participação da comunidade e do legislativo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado. Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza nós, como legisladores, nós, como representantes dos municípios, da comunidade, nós não podemos jamais abrir mão do nosso papel, que é legislar, é discutir com a comunidade, intermediar

a comunidade com o Executivo. Então, com certeza, sou contrário.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a discussão.

O SR. DR. NEIDSON – Deputado Dr. Neidson também.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Dr. Neidson. Desculpa, Deputado Dr. Neidson, o senhor tinha pedido.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, eu vou manifestar já o meu voto contrário a esse projeto, devido a que nós temos uma escola lá em Guajará-Mirim também, a Escola Durvalina, que o prédio também é um prédio histórico, e foi abandonado após o fechamento da escola. Foi abandonada a escola e está lá, temos até vídeos nas redes sociais de moradores do município reclamando com relação ao abandono total da escola. Então eu vou me manifestar contrário a esse projeto também.

A SRA. CASSIA MULETA – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem, Deputada Cassia Muleta. Só pedir para o pessoal desligar o microfone aí.

A SRA. CASSIA MULETA – Eu também, Presidente, sou contra esse projeto. Eu acho um absurdo. Quando se fecha uma escola - eu concordo com o Deputado Lazineiro da Fetagro -, quando se fecha uma escola, se abre uma porta na cadeia. Lá em Jaru já tivemos esse problema de fechamento de escola. Foram fechadas duas escolas pelo município, e a população fica indignada. E eu apoiei toda população. Então eu sou contra qualquer projeto que chegue aqui na Assembleia de fechamento de escola.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está encerrada a discussão. E eu vou dar, o Deputado Alex Redano quer falar, mas eu vou abrir a votação, aí quando o Deputado Alex Redano for votar, ele já expõe o seu voto.

Encerrada a discussão, em primeira votação o Projeto de Lei nº 392/2020.

Deputado Adailton Fúria.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Deputado Aécio da TV, eu queria...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vossa Excelência já vai falar agora, Deputado Aécio da TV. A hora que o senhor for votar, o senhor se expressa.

Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, meu voto a este projeto é contrário, porque eu entendo justamente o que os colegas falaram. É o parlamento que tem que decidir juntamente com a comunidade. Eu seria favorável se a decisão da comunidade influenciasse nesse projeto. Mas como é uma decisão somente do Executivo, eu sou contrário.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Adailton Fúria.  
Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Presidente, eu queria fazer... Esse projeto passou pela CCJ e eu fui relator. Recebi uma Comissão da Educação para discutir esse projeto. O grande objetivo desse projeto é facilitar não apenas o fechamento, mas a abertura, quando ocorre, principalmente, nas comunidades indígenas. Nas comunidades indígenas muda muito o nome das escolas. Às vezes - vou dar como exemplo - , morre um cacique e o novo que entra quer mudar o nome da escola. E aí, para ele abrir uma nova escola, ele precisa fechar aquela anterior. Essa foi a principal explicação. É apenas para regulamentar essa questão, para facilitar essa questão de fechar escola que não existe. Não é para fechar escola. É para extinguir a que não existe e para facilitar na abertura de uma nova. Foi a explicação que a Seduc me deu.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Mas o Poder Legislativo está, justamente, aqui para isso.  
Como vota, Deputado Aécio?

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Eu voto favorável ao projeto, porque eu conheço o projeto e o que ele significa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, antes de manifestar o meu voto, eu gostaria dar a minha opinião também.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pode falar.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) – Eu passei algumas situações ali em Montenegro, fechamento de escola também. A comunidade se envolveu muito e foi uma situação muito crítica. Confesso, agora com as palavras do Deputado Aécio, a gente fica balançado. Eu vou me abster desse Projeto por não ter o conhecimento suficiente. Eu penso que o fechamento de escola é prejudicial.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Silva.  
Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (*Por videoconferência*) – Deputado Chiquinho da Emater entende que pode, realmente, acontecer isso que o Deputado Aécio falou, mas é um grande risco para a gente aprovar esse Projeto. Por esta razão, eu vou “não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Eu voto “não”. Eu entendi a explicação do Deputado Aécio da TV, mas quando tiver que fazer a mudança da escola, é muito simples, manda um ofício para Assembleia falando que vai mudar o nome da escola de cacique A para cacique B. Não tem dificuldade em aprovar. Então, fechamento de escola, “não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) - Voto “não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia vota “não”.  
Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Presidente, eu percebo que o líder e o vice-líder não encontram na plenária. Eu gostaria de uma explicação do projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está aqui, sim. O líder está aqui.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Da forma que está, eu vou ter que me abster do meu voto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Absteve. É porque já explicou bastante.

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Senhor Presidente. É porque próprio relator da matéria, Deputado Aécio da TV, já explicou lá na Comissão.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio não é o relator. Mas ele já explicou tudo. Senão a gente vai sair daqui amanhã.

O SR. EYDER BRASIL – Sim, por isso que eu estou aqui me omitindo de dar explicação.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está bem explicado. O Deputado Aécio já explicou, os lados já se colocaram.  
Deputado Lazineiro da Fetagro.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Se for da forma do Deputado Aécio, eu voto “sim”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony vota “sim”, mudou o voto.  
Deputado Lazineiro da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, como eu já disse meu voto é “não”. Porém, veja bem, quando o Deputado Aécio coloca a questão dos indígenas, já foi até dito nesta tribuna, é só encaminhar qualquer mudança para a Assembleia, que não vai ter problema em aprovar. Portanto, ou então, um projeto específico da questão indígena, com a participação dos indígenas.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Vou explicar meu voto, rapidinho.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Desliguem o microfone, gente. O Deputado Luizinho está falando.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Envolvendo a Assembleia Legislativa... **(inaudível)**.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo, desligue o microfone, por favor.  
Pode falar, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Eu acho que, pela segurança da melhoria da Educação, eu voto “não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) – Presidente, eu não entendi muito bem a explicação do nobre colega Deputado Aécio, mas para mudar o nome da escola é necessário fechar a escola? Eu sou contrária, eu voto “não”. Eu acho que é só mudar o nome. Não precisa fechar a escola. Vou votar “não”, Presidente.

### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- não
- Deputado Adelino Follador	- não votou
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- abstenção
- Deputado Alex Silva	- não votou
- Deputado Anderson Pereira	- não
- Deputada Cassia Muleta	- não
- Deputado Chiquinho da Emater	- não
- Deputado Cirone Deiró	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- não
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não
- Deputado Ismael Crispin	- não
- Deputado Jair Montes	- não votou
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- não

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 14 votos contrários e 4 votos favoráveis, está reprovada a matéria o Projeto de Lei 392/2020. Vai ao Expediente.**

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Presidente. Só para explicar, a minha amiga Deputada Rosângela já votou, mas... Esse projeto não é para fechar escolas. Da mesma forma como pode fechar aquelas que, na verdade, já não existem, podem abrir aquelas que de fato já estão funcionando, já estão em atividade, mas não podem receber recursos da Seduc.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Próxima matéria, Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Antes de ler aqui, eu não estou conseguindo entender, “como que fecha uma coisa que não existe?”

Eu vou ler a matéria.

- PROJETO DE LEI 337/2019 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 236/2019. Altera dispositivos da Lei nº 4.200, de 12 de dezembro de 2017, que “Dispõe sobre o direito do contribuinte para realizar compensação de débitos tributários e não tributários com o Estado de Rondônia, inscritos em Dívida Ativa, com créditos objeto de Precatório Judicial, conforme a Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e dá outras providências.”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está ok.

Deputado Ezequiel Neiva, para dar o parecer da Comissão de Finanças e Orçamentos.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Lei 337/2019 do Poder Executivo/Mensagem 236/2019, que “Altera dispositivos da Lei nº 4.200, de 12 de dezembro de 2017, que “Dispõe sobre o direito do contribuinte para realizar compensação de débitos tributários e não tributários com o Estado de Rondônia, inscritos em Dívida Ativa, com créditos objeto de Precatório Judicial, conforme a Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e dá outras providências.”. Nosso parecer, pela Comissão de Finanças e Orçamentos, é favorável.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Ezequiel Neiva. Encerrada a discussão. Em votação, o parecer do Projeto de Lei 337/2019, Mensagem 236/2019. Em primeira discussão e votação.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Presidente.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Anderson Pereira e, depois, Deputado Edson Martins.

O SR. ANDERSON PEREIRA – O líder do governo poderia explicar esta matéria?

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Presidente. A matéria trata da alteração para uma adequação ao Artigo 105, dos Atos de Disposições Constitucionais e Transitórias, da Constituição Federal, Deputado Anderson. O que visa realizar o pagamento de precatórios, em ordem cronológica do pedido. Vai criar uma fila, por ordem cronológica. Já é hoje, respeitando a questão federal.

Então isso aqui, está se adequando a lei estadual à preferência para os créditos alimentares, a idade, a saúde e a deficiência. A não adequação desta lei estadual com a Constituição, agora, Deputado Adelino, pode gerar passivos financeiros para o Estado, não é? Débitos. Pois há inconsistência na lei que pode permitir o pagamento de precatórios após a data do dia 25 de março de 2015, o que é contrário à nossa Carta Magna. Não somente isso, mas também que pessoas

que buscam realizar compensação de débitos tributários, atualmente estão com os seus processos suspensos, esperando a aprovação desta lei.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Edson Martins, esta matéria, só para acrescentar, Deputado, esta matéria, além disso, autoriza que as empresas que têm, contribuintes que têm débitos tributários e não tributários com o Estado, e que estão inscritos na dívida ativa, podem pagar com precatório. Já tem o Refaz que ganha os juros todos, e ainda vão pagar com precatórios.

O SR. EYDER BRASIL – Obrigado, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, eu ia pedir ao líder para explicar, mas eu acho que ficou muito confuso, Presidente. É uma matéria, os devedores do Estado já têm o benefício do Refaz, eles compram o precatório, talvez com o preço defasado, para pagar dívidas. Eu acho que isso ficou muito confuso. Precisa ser melhor discutido, viu, Presidente. Eu votaria contra.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a discussão. Em votação.

Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Vou me abster, Senhor Presidente. Está muito confuso.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O Deputado Fúria se absteve.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Presidente, só para discutir.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir, Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Eu quero contribuir. Aí, as pessoas já têm o benefício do desconto, e aí ficam comprando precatórios no mercado, com preço barato, para compensar para pagar o Governo. Eu acho que é um grande prejuízo para o Estado.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Não beneficia a Energisa, não, essa matéria? Porque pode compensar a dívida com precatórios...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Não sei. Não sei. Deputado Aécio da TV.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) - Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em votação. A matéria já está em votação.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Presidente, eu voto “não”. Tenho medo de beneficiar a Energisa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio “não”.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Altera aí, Senhor Presidente, meu voto: “não”. O Fúria: “não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – o Deputado Fúria, “não”. Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) - Senhor Presidente, ouvindo o Deputado Anderson e Aécio, quando falaram no nome “Energisa”, mudou meu voto agora, na hora. Eu voto “não”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA – “Não”, Senhor Presidente. Na dúvida, “não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (*Por videoconferência*) – Chiquinho da Emater vota “não”, também.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu não posso garantir que isso beneficie ou não a empresa. Não tenho conhecimento. Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – “Não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) – Voto “não”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Voto “não”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Já tem isenção fiscal e ainda pode comprar um troço que não existe para poder perdoar a dívida. “Não”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Presidente, eu só não entendo o seguinte: o Estado vai receber dívidas contraídas de devedores com o Estado e vai ter repasse constitucional aos Poderes e aos municípios... **(falha no áudio)**.

O Estado está vivendo uma crise, e a gente não sabe como é que vai dar lá na frente. E sem contar que os municípios precisam de recursos, se é que alguém vai pagar alguma conta do Estado, a parte dos municípios, eles também estão precisando. Então voto "não".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- não
- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Alex Silva	- não
- Deputado Anderson Pereira	- não
- Deputada Cassia Muleta	- não
- Deputado Chiquinho da Emater	- não
- Deputado Cirone Deiró	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- não
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não
- Deputado Ismael Crispin	- não
- Deputado Jair Montes	- não votou
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- não votou

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 18 votos contrários e 2 votos a favor, está reprovado o Projeto de Lei 337/19. A matéria vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 474/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 39. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 3.619.539,96, e criação de ação em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria está sem parecer. Solicito ao Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei 474/2020, Mensagem 39. "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 3.619.539,96, e criação de

ação em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC."

Senhor Presidente, nós somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 474/2020. Não havendo discussão, em primeira votação. O painel está aberto.

Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Presidente, favorável.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Voto favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) – Parabenizar o Pachá frente à Sesdec, esse ótimo trabalho que vem desenvolvendo. E voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA (*Por videoconferência*) – Favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (*Por videoconferência*) – Deputado Chiquinho da Emater também é favorável. Eu voto "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – "Sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) – Voto "sim", favorável. Saudação.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Voto “sim”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – “Sim”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) – “Sim”, Presidente. Favorável.

### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- não votou
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- não votou
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 20 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado em primeira votação o Projeto de Lei 474/2020. A matéria vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 60/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 18. Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 946, de 5 de junho de 2017 e revoga a Lei nº 3.575, de 23 de junho de 2015.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria está sem parecer. **(fora do microfone)**

Deputado Adelino Follador para proceder ao parecer.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Projeto de Lei Complementar 060/2020, Mensagem 18, “Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 946, de 5 de junho de 2017 e revoga a Lei nº 3.575, de 23 de junho de 2015.”

Somos de parecer favorável, Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador.

Foi pedido vista, venceu o pedido de vista. Por isso, em discussão o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 060/2020, Mensagem nº 18.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Senhor Presidente, este Projeto há dias aportou na Casa, e nós tivemos a dificuldade da discussão nas Comissões. Eu posso estar enganado, mas foi um Projeto que eu relatei na CCJ. E o Projeto trata da forma de nomeação do Conselho da Mulher. E nós recebemos de várias entidades representativas de classe e que fazem a defesa da mulher, entendendo de uma forma como se o governo estivesse faltando com o respeito com esses segmentos por essa participação da sociedade, em virtude do Conselho da Mulher, e aí, Senhor Presidente, no momento que nós estamos vivendo - em que o que mais se fala e o que é mais importante é a democracia -, você cercear o direito a essa participação, tendo a lei, ela traz que todos os nomeados seriam, por Decreto, diretamente pelo Governador. É importante que a comunidade participe. No entanto, pela na CCJ nosso parecer já era contrário. Aproveito aqui para fazer uma manifestação muito clara aos segmentos no Estado de Rondônia de que o nosso voto é contrário, pela rejeição da matéria, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a discussão. O Painel está aberto para votação.

Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Contrário, Senhor Presidente, contrário.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Meu voto é contrário, Senhor Presidente. Voto “não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) – Voto “não”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA (*Por videoconferência*) – Tendo em vista a explicação do Deputado Crispin, com certeza “não”, Senhor Presidente. Contrário.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (*Por videoconferência*) – Deputado Chiquinho da Emater não pode ser favorável a uma matéria dessas.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – “Não”, Presidente, “não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) – Também “não”, Presidente. Também “não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – “Não”, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, pelo respeito à participação social democrática, voto “não”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Presidente, no meu entendimento, eu entendo que o Conselho... **(ininteligível)** da sociedade como um todo e das instituições. Nesse caso, é sem a participação popular e é por isso que eu voto “não”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) – Presidente, voto “não”. Quero aqui aproveitar e parabenizar, agradecer aos nobres colegas que estão a favor da permanência dos direitos do Conselho da Mulher. Obrigada a todos. Meu voto é “não”.

### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- não
- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Alex Silva	- não
- Deputado Anderson Pereira	- não
- Deputada Cassia Muleta	- não
- Deputado Chiquinho da Emater	- não
- Deputado Cirone Deiró	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Eyder Brasil	- não
- Deputado Ezequiel Neiva	- não
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não
- Deputado Ismael Crispin	- não
- Deputado Jair Montes	- não votou
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- não votou
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- não

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 20 votos contrários e nenhum voto favorável, o Projeto de Lei Complementar 060/2020 vai para o arquivo.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 688/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 140. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 7.900.013,62 e cria Unidade Orçamentária, Ações e Programas, em favor da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu vou retirar essa matéria de pauta devido a essa Secretaria ainda ser nova e vou estudar melhor esse Projeto.

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 649/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 124. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 3.136.076,43, e cria Ação em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Penitenciário - FUPEN.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Essa matéria foi incluída na pauta a pedido do Deputado Anderson Pereira, o Anderson do Singeperon. E dizer que essa pauta extensa que foi construída hoje por esta Casa, foi construída pelos deputados

hoje, na parte da manhã. Os deputados se reuniram aqui na Assembleia por volta de 08, 08 e pouco e construíram essa pauta conjuntamente. Então, mostrando os sentimentos dos deputados que estavam aqui, democráticos que a Casa tem, numa pauta bem extensa para não haver nenhuma conversa que está travando, que não está tendo pauta. Foram mais de 15 projetos em pauta.

Para dar o parecer, Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Parabenizar o Presidente por ter conversado com os companheiros para poder fazer essa pauta. Com certeza, muito importante a gente estar... A pauta estava trancada por causa de um Requerimento do Deputado Fúria, que foi aprovado nesta Casa, e agora foi deliberada, resolveu os problemas com os municípios e hoje está sendo votada, conforme o entendimento dos colegas.

Projeto de Lei 649/2020 de autoria do Poder Executivo/ Mensagem 124, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, até o valor de R\$ 3.136.076,43, e cria Ação em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Penitenciário - FUPEN."

Com certeza parabenizar o Deputado Anderson por brigar por essa causa. Somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, para discutir a matéria.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vamos votar o parecer, Deputado Anderson. Depois para discutir a matéria, você discute, porque tem mais tempo, pode ser? Até porque foi você que pediu para pautar essa matéria. O secretário tem que agradecer a você, que o senhor solicitou a inclusão de pauta – que não ia ser inclusa – dessa matéria, até porque você vem da Sejus, é oriundo da Sejus, servidor da Sejus, e tem uma preocupação sempre com todos os agentes penitenciários e também com os socioeducativos.

Em discussão o parecer do nobre Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 649/2020, de autoria do Poder Executivo.

Para discutir, Deputado Anderson Pereira.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, quero agradecer o entendimento dos pares para a inclusão dessa matéria. Essa matéria é uma autorização de recurso federal para a compra de coletes para os policiais penais do Estado de Rondônia. Então, é muito importante. A maioria dos nossos coletes estão vencidos e, com esse recurso, vai fazer uma boa aquisição para melhor fortalecer a segurança dos servidores que estão ali dentro, na sua labuta, dentro do sistema prisional, dentro das carceragens dos presídios.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a discussão, em primeira votação o Projeto de Lei 649/2020.  
Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – "Sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) – Quero parabenizar o Deputado Anderson pela luta, pela batalha e, com certeza, voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA (*Por videoconferência*) – Parabéns, meu amigo Deputado Anderson. "Sim", Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (*Por videoconferência*) – Deputado Chiquinho da Emater quer parabenizar o Deputado Anderson por essa luta dele com seus colegas de classe e dizer que o Deputado Chiquinho vota "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Presidente. Parabéns ao Deputado Anderson pela luta. Voto "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Senhor Presidente. Parabéns ao Parlamentar Anderson. Voto "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – Voto "sim", Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazineho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – Parabéns, Deputado Anderson. Voto "sim".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Estamos juntos, Deputado Anderson. “Sim”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) - “Sim”, Presidente.

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- não votou
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 21 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado em primeira votação o Projeto de Lei 649/2020, de autoria do Poder Executivo. Vai à segunda votação.**

Queria aqui ressaltar, mais uma vez, o trabalho fundamental neste Projeto para pautar – primeiramente, e depois aprovação – do Deputado Anderson Pereira, Anderson do Singeproun.

Próxima matéria.

Eu pedi vista do Projeto de Lei 674/2020 e estou abrindo mão da vista para nós votarmos a matéria com Emenda, com Substitutivo.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 674/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 137. Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica, no corrente exercício de 2020, em favor da Companhia de Água e Esgoto de Rondônia - CAERD, abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 12.426.832,00, para a

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 12.426.832,00, e cria Ação em favor da Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI.

O Projeto está com Substitutivo, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu retorno ao Deputado Adelino para proceder ao parecer dele. Quem deve estar preocupado com isso aqui é o nosso Secretário de Planejamento, Pimentel. Uma crise dessas, com queda de receita, ter que tirar dinheiro da Fonte 100, que já é tão difícil, para investir na Caerd.

Pode proceder ao parecer, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 674/2020 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 137, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica, no corrente exercício de 2020, em favor da Companhia de Água e Esgoto de Rondônia - CAERD, abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 12.426.832,00, para a Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, abrir Crédito Adicional Especial por Anulação, até o valor de R\$ 12.426.832,00, e cria Ação em favor da Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI.”

Pela constitucionalidade e legalidade somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, com Substitutivo, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. A matéria está sendo aprovada com Substitutivo. **Aprovado.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 674/2020. Os deputados favoráveis votem “sim”, os contrários, “não”.

Deputado Adailton Fúria.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Presidente, para discutir.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Já está na votação, mas pode falar Deputado Luizinho. Bem rapidamente, porque já passou, já está na votação.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) – Senhor Presidente, antes do meu voto, eu gostaria de ouvir o líder do governo sobre essa substituição, o que é que o líder do governo entende, qual o posicionamento do governo com relação a essa matéria.

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está bem. Então, primeiro o Deputado Luizinho, que já pediu, depois o Deputado Eyder.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – Então, eu vejo assim que a gente está... Foi enviado um Projeto aqui para a Casa de R\$ 12 milhões e estamos autorizando um pouco mais da metade, mas, infelizmente, eu fico muito triste porque há muitos anos essa Caerd vem dando problema. E é chegada a hora de nós darmos um basta nisso, porque imagina só: o Estado inteiro – nós temos dificuldades em todos os setores. O governo tem dificuldade em poder fazer saúde, segurança pública, a receita está diminuindo e o Estado precisa de recursos. Aí o Governador tem que se esforçar ao máximo com a sua equipe, tem que se doar ao máximo com a sua equipe, tem que se indispor, muitas vezes, com os setores, com as pessoas pela contenção de despesas e, ao mesmo tempo, a Caerd, ineficiente - a direção da Caerd, ineficiente -, não dá conta de fazer uma gestão onde consegue vender água e pagar despesas. Eu não entendo isso. Como que você vende água, vende o serviço e não consegue pagar a conta. E aí o Governo do Estado que tem mil coisas para cumprir, para atender, tem que pegar um dinheiro bom do cofre do Governo do Estado para repassar para essa massa falida, para essa Caerd. E, principalmente, quando a gente assiste – como foi denunciado hoje aí na Assembleia – que num momento de pandemia, um momento de crise, todas as indenizações foram pagas. Inclusive foi falado pelo próprio Presidente Laerte que foi pago férias de pessoas que estavam trabalhando, para a direção.

Se os próprio Governador está em casa despachando *home office*, por que é que os diretores da Caerd precisam vender as suas férias? É como se o próprio Governador Marcos Rocha vendesse as suas férias para poder governar Rondônia, que é o que ele não fez. Então, infelizmente, eu vou votar. Mas eu vou deixar bem claro que é a última vez que eu voto um centavo a favor da Caerd de Rondônia. Nunca mais na história ninguém vai ver o Deputado Luizinho Goebel votando a favor da Caerd para tirar dinheiro do Governo de Rondônia para aportar a Caerd.

Então é o último voto favorável que eu dou para esse aporte. É uma vergonha!

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Presidente. Deputado Eyder, líder do governo. O governo, aqui a base, conversou com os demais deputados, a gente entende o clamor popular pelo enxugamento da máquina, pelo fechamento das goteiras, das fontes públicas e agradece a todos que vão votar esse Projeto de hoje para que a Caerd possa dar continuidade. Como muito bem falou o Deputado Luizinho Goebel, a Caerd não é de hoje que vem dando prejuízo. Nós que estamos na gestão aí um pouco mais de um ano e meio, já percebemos isso. Nós que somos rondonienses, porto- velhenses, percebemos isso. Mas eu tenho certeza que as ações que foram denunciadas nesta Casa, hoje, por Vossa Excelência, Deputado Laerte Gomes, serão apuradas com o estrito rigor que elas merecem ser apuradas, pode ter certeza disso, está ok?

Então, Deputado Adailton Fúria, nós vamos votar, aprovar aqui apenas os insumos, o valor referente aos insumos, para que possamos dar continuidade aos trabalhos da Caerd.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para concluir, Deputado Fúria, O Deputado Luizinho foi muito feliz quando ele falou na sua posição, principalmente quando fala que se falar em qualquer lugar do mundo que você tem uma mercadoria para vender, que você não paga nada por ela, você só trata, e que nas cidades urbanas todas as residências são clientes dela, são consumidoras dela, e ela não dá conta de se manter em pé, ninguém vai acreditar.

Eu fui Prefeito de Alvorada e, lá, a empresa é SAAE. A empresa se mantinha e ainda fazia todo o urbanismo da cidade. A empresa é pequenininha. Então, eu acho, Deputado Eyder, Vossa Excelência que é líder do governo, que o que os diretores da Caerd fizeram no mês de maio, pagando os seus próprios benefícios e vantagens, como férias, um terço de férias, décimo terceiro salário, muito mais coisa, foi uma traição ao Governador Marcos Rocha. Uma traição! Uma tremenda duma traição à confiança que o Governador colocou neles e nomeou eles lá na Caerd. Tenho certeza que o Governador deve refletir muito, de hoje para amanhã, dessa traição, dessa apunhalada que ele levou.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Para discutir, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL – Só para completar sua fala. Rapidinho, Deputado Ezequiel. Aproveitar a fala do Presidente e ressaltar que esta Casa aqui abriu mão do seu recesso parlamentar no mês de julho para estar junto com o povo, ao lado do Governo do Estado de Rondônia e não abandonar a população rondoniense nesse período crítico de pandemia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Com certeza, trabalhando. Deputado Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Presidente, eu quero parabenizar a Vossa Excelência que já falou – principalmente ao Deputado Luizinho e Vossa Excelência, que falou muito bem -, porque é algo que não está funcionando. A gestão compartilhada da Caerd, infelizmente não está funcionando. Agora, eu acho que por irresponsabilidade dos gestores que por ali passaram - e aqui eu não quero alisar ninguém, todos eles, inclusive dos governos passados, do próprio Governador Confúcio e outros governos passados - fez com que a Caerd tenha chegado ao ponto que está hoje e isso é tamanha irresponsabilidade e nos provou agora, por esse pagamento de verbas rescisórias do mês de maio, quando até já estava recomendado que não se pagasse verba rescisória. E eles, indiscriminadamente, fizeram isso. Eu estava conversando com o colega Deputado Edson Martins, aqui, e vamos até passar para a nossa Comissão de Obras e Fiscalização, inclusive, para que fiscalize, realmente, a compra dessas bombas que estão sendo adquiridas, aí, a quase R\$ 3 milhões, para ver onde, realmente, elas vão ser instaladas, Deputado Lebrão, porque esta Casa precisa saber o que está sendo comprado e onde estará sendo colocado. É muito recurso, não é? É muito recurso, então precisa realmente ter essa fiscalização.

Quero aqui dizer que o Governador Marcos Rocha, com toda a sua sinceridade e integridade, não precisa estar passando por momentos como este aqui, não. Esses subordinados que estão lá na Caerd, e outros, que estão em outras Secretarias, têm que respeitar o seu patrão. Têm que respeitar o seu Governador, porque esta, com certeza, não é a vontade do Governador. Não é! Eles fizeram isso aleatoriamente, sem consultar o seu chefe, sem consultar o seu patrão, e agora deixa a Caerd nesta situação, viu líder do governo, Eyder Brasil. O governo, com certeza, não sabe disso, respeitamos a integridade dele e a posição que ele ocupa hoje no Estado como Governo do Estado de Rondônia, o Senhor Governador Marcos Rocha, que deve chamar a atenção deste cidadão.

O SR. EDSON MARTINS - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só chamar a atenção, não basta não.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Chamar a atenção e tomar as devidas providências que o caso requer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Edson Martins.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente Laerte, eu pasmei, quando o Deputado Ezequiel Neiva disse aqui que esses mais de R\$ 3 milhões são para comprar bomba. Eu acho que nós precisamos pedir até cópias desse processo de licitação, e é muito dinheiro para comprar bombas. Falaram aqui antes que eram bombas queimadas aí, nos bairros de Porto Velho, e isso, com certeza, é para atender os municípios do Estado de Rondônia. É muito município. É muito dinheiro. Eu gostaria que a Comissão de Obras, Presidente, se manifestasse e pedisse explicação ou fosse até visitar, olhar esse almoxarifado, ou aonde vai ser destinado isso e esse processo de licitação.

Com certeza, essa conta não é do Governador Marcos Rocha, não. Ele está pagando, mas isso é desmando já, de muitos anos. Mas, infelizmente, a Caerd precisa tomar um rumo, achar um rumo, porque, senão, daqui a pouco, vai precisar e eu também gostaria de dizer, igual ao Deputado Luizinho, que nunca mais eu votaria R\$ 1,00 de suplementação para a Caerd. Mas às vezes, vai ter de continuar, enquanto não tomar uma posição, quanto a essa Caerd, nós vamos ter que passar por esses constrangimentos e estar tirando dinheiro bom do caixa do governo e colocando lá na Caerd. Infelizmente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adelino Follador.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) - Questão de Ordem, Senhor Presidente. Questão de Ordem.

O SR. ADELINO FOLLADOR d:– Eu quero dizer, Senhor Presidente, é que esse projeto, de fato, R\$ 12 milhões para a Caerd, é muito dinheiro. Então eu não sei o que motivou o Governo do Estado a querer repassar todo esse dinheiro para a Caerd, que a gente sabe que é um saco sem fundo.

E também eu gostaria, Presidente, eu sei que o Senhor já tem a maioria dos companheiros, o senhor já discutiu, sobre o recesso. Eu gostaria que o senhor oficializasse isso, que não

vai ter o recesso, que a maioria, todos já decidiram isso, o senhor oficializar a partir de amanhã, dizendo que não vai ter recesso, agora, este ano. Que já com essa questão da pandemia e essa situação toda, nós temos que trabalhar, quanto mais, melhor. Nós estamos aí, à disposição, e eu tenho certeza que...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só para colocar, Deputado Adelino, já há um Ato suspendendo o recesso, mas não há nem necessidade, enquanto não votar a LDO, não vota recesso. Como a LDO não vai ser votada, então nesse momento...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Então, mas é para a comunidade saber que a Assembleia já suspendeu, com a liderança...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - O que Vossa Excelência está solicitando é que se dê publicidade a este Ato, não é? Porque o Ato já existe no Diário Oficial.  
Deputado Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA (*Por videoconferência*) - Senhor Presidente, só para acrescentar à fala dos colegas, aí, a denúncia que o senhor fez hoje na tribuna da Assembleia, realmente, precisa ser averiguada e não tenho dúvidas de que não é a intenção do Governador. Esses valores encaminhados para a Assembleia Legislativa, nós temos que ter noção de que a Caerd, neste momento, ela suspendeu os cortes, então a inadimplência é muito grande, a inadimplência é muito grande. Acredito que se fosse uma empresa terceirizada, hoje, no Estado de Rondônia, ela teria dificuldade em conceder esse benefício à população. Então, acredito que esses valores venham a suprir uma necessidade diante da pandemia e também, ali, da diminuição do pagamento de boa parte das faturas de água do Estado de Rondônia.

Então, eu voto favorável a este projeto, Senhor Presidente, já pode colocar meu voto como favorável, e vamos torcer para que o Governador corrija esta falha, afaste os servidores que ali solicitaram esses pagamentos, eu acho que isso seria o caminho. Averigua a situação, faça os levantamentos devidos e aí, toma a melhor decisão, porque isso cabe ao Governo do Estado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) - Presidente, antes de votar, eu gostaria de dizer uma coisa. É lamentável para o consumidor... Tem outros microfones abertos aí?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Por favor, desliguem os microfones, senhores deputados. Nós temos toda uma segunda votação ainda. Só para lembrar.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) - É lamentável que um consumidor pague as suas contas e quando chega o momento, a empresa pede dinheiro dos impostos que são arrecadados para atender à saúde, educação e segurança, para comprar insumos. Ou seja: o que é que foi feito com o dinheiro das contas que nós pagamos? Ninguém recebe água de graça. Todo mundo paga pela água que recebe. Eu até fiz uma alusão hoje, sei que é uma brincadeira, mas pode ser

real, tinha que criar um Projeto de Lei para isentar o consumo de água. Por quê? Porque depois a gente precisa aprovar o remanejamento da Fonte 100 para bancar a Caerd. Então, a Caerd é um saco sem fundo. A Caerd é uma coisa que ninguém entende como é possível existir uma empresa que a vida inteira precisa ficar buscando dinheiro dos cofres públicos, da Fonte 100, para se manter, se ela tem arrecadação própria, se ela é uma empresa que deveria ser autossustentável, como acontece em todas as cidades.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Seu voto, Deputado.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Acho um absurdo, mas infelizmente vão colocar a gente contra a população, porque depois que mostrar os insumos, fala: “a Assembleia que é culpada, se a Assembleia aprovar o remanejamento, se aprovar o recurso da Fonte 100, a gente vai comprar. Se a Assembleia não aprovar, a culpa é dela.”. Quer dizer, joga a população contra a gente, sendo que nós não temos nenhuma culpa dessa irresponsabilidade, que é da Caerd. A Caerd é um saco sem fundo, e isso já vem acontecendo de vários governos, e precisa tomar uma providência.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Seu voto.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Se fosse uma empresa ilibada, jamais isso estaria acontecendo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Aécio da TV, nós estamos já com o tempo estourado.

O SR. AÉLCIO DA TV (*Por videoconferência*) – Voto “sim”, mas indignado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (*Por videoconferência*) – Voto “sim”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Silva.

O SR. ALEX SILVA (*Por videoconferência*) – Favorável, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (*Por videoconferência*) – Deputado Chiquinho da Emater vota “sim”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Cirone Deiró. Os votos de vocês são “sim” com Substitutivo, não é?

O SR. CIRONE DEIRÓ (*Por videoconferência*) – O meu é com o Substitutivo. “Sim”, com Substitutivo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Geraldo da Rondônia.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA (*Por videoconferência*) – Voto “sim”, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO (*Por videoconferência*) – “Sim”, com Substitutivo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (*Por videoconferência*) – “Sim”, com Substitutivo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (*Por videoconferência*) – “Sim”, com Substitutivo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON (*Por videoconferência*) – “Sim”, Presidente.

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- não votou
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Por 21 votos favoráveis está aprovado em primeira votação o Projeto de Lei 674/2020, com Substitutivo. Vai à segunda votação.**

O que nós votamos? Para aquisição de insumos e para aquisição das bombas. A outra parte, que era para pagamento de vantagens trabalhistas e folha, não foi aprovada.

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DE DISPENSA DE INTERSTÍCIO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 199 do Regimento Interno, que seja dispensado o interstício regimental para apreciar em segunda discussão e votação os Projetos de Lei: 644/2020, 632/2020, 692/2020, 670/2020, 672/2020, 647/2020, 474/2020, 649/2020 e 674/2020. Todos de autoria do Poder Executivo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Requerimento de Dispensa de Interstício, de autoria do Deputado Ismael Crispin. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Não há mais matéria, Senhor Presidente.

O SR. EYDER BRASIL – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu já vou abrir a outra Sessão, aí já fazemos.

Não havendo mais matérias, está encerrada a Ordem do Dia. Passamos às Comunicações de Liderança. Não há oradores inscritos. Passamos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária, para em seguida apreciarmos as matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada esta Sessão.

**(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 58 minutos)**

## SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

### AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2020/PPP/ALE/RO**

**Processo Administrativo nº 005774/2020-11**

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO**, por meio de seu Pregoeiro, ao final firmado, designado através do **ATO Nº 0371/2020-SRH/PP/ALE**, torna público o presente edital de licitação, que se realizará na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, tipo **Menor Preço**, observando-se as disposições da Lei nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto nº 5.450/05, Decreto nº 7.892/2013 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, conforme as especificações e condições a seguir:

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de 100 (cem) computadores**, a pedido do **Superintendência de Tecnologia da Informação - STI**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme quantidades e especificações estipuladas no Temo de Referência – Anexo I do Edital. Valor Estimado: R\$ 1.258.234,17 (hum milhão, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos).

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's (X) NÃO**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia: **05 de agosto de 2020**, Hora: **09h00min.**

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Dia: **05 de agosto de 2020**, Hora: **11h00min.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:** [www.al.ro.leg.br](http://www.al.ro.leg.br) - (Licitações); [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br);

Esclarecimentos: [cpl@ale.ro.gov.br](mailto:cpl@ale.ro.gov.br); Telefone: (0xx) 69-3218-1496

Porto Velho-RO, 22 de julho de 2020.

Everton José dos Santos Filho  
Pregoeiro CPP/ALE/RO

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO****PORTARIA Nº 010/SG-SPO/ALE/2020**

Ajusta o Quadro de Detalhamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e autorização contida no art. 7º, § 1º, da Lei nº 4.709, de 30 de dezembro de 2019 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º Promover ajuste ao Quadro de Detalhamento da Despesa, conforme programação abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Valor
<b>AJUSTE NEGATIVO</b>			
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	339047	20.000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>20.000,00</b>

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Valor
<b>AJUSTE POSITIVO</b>			
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	339030	20.000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>20.000,00</b>

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 21 de julho de 2020.

  
**ARILDO LOPES DA SILVA**  
 Secretário Geral

## ATO Nº 005 SG-SPO/2020

Abre no Orçamento-Programa Anual da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 3.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei nº 4.709, de 30 de dezembro de 2019, § 1º, do artigo 8º, Lei Orçamentária Anual e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

## RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar para atendimento de Despesa Corrente, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
<b>REDUZ</b>				
<b>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA</b>				
01.001.01.244.2126.1452	APOIAR O COMBATE À CALAMIDADE PÚBLICA - CORONAVÍRUS (COVID-19)	3.3.90.39	0100	1.500.000,00
		3.3.90.30	0100	1.500.000,00
		<b>TOTAL</b>		<b>3.000.000,00</b>

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
<b>SUPLEMENTA</b>				
<b>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA</b>				
01.001.01.122.1006.2406	FORTALECER A ESTRUTURA DO PODER LEGISLATIVO	4.4.90.52	0100	3.000.000,00
		<b>TOTAL</b>		<b>3.000.000,00</b>

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante acima especificado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 22 de julho de 2020.

**Arildo Lopes da Silva**  
Secretário Geral